

**UFRRJ**  
**INSTITUTO DE AGRONOMIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**  
**AGRÍCOLA**

**DISSERTAÇÃO**

**A HISTÓRIA INSTITUCIONAL DO CAMPUS AMAJARI DO**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E**  
**TECNOLOGIA DE RORAIMA: MEMÓRIA E ARQUIVO**

**GASPAR OSORIO HENRIQUES**

**2018**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE AGRONOMIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**A HISTÓRIA INSTITUCIONAL DO CAMPUS AMAJARI DO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
DE RORAIMA: MEMÓRIA E ARQUIVO**

**GASPAR OSORIO HENRIQUES**  
*Sob a Orientação do Professor*  
**Dr. Bruno Cardoso de Menezes Bahia**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

**Seropédica, RJ  
Novembro de 2018**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

H519h HENRIQUES, GASPAS OSORIO , 1973-  
A HISTÓRIA INSTITUCIONAL DO CAMPUS AMAJARI DO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
DE RORAIMA: MEMÓRIA E ARQUIVO / GASPAS OSORIO  
HENRIQUES. - 2018.  
47 f. : il.

Orientador: Bruno Cardoso de Menezes Bahia.  
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural  
do Rio de Janeiro, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
EDUCAÇÃO AGRÍCOLA, 2018.

1. Documentos. 2. Arquivo. 3. Memória. 4. História.  
I. Bahia, Bruno Cardoso de Menezes , 1979-, orient.  
II Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA III.  
Título.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 "This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO DE AGRONOMIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**GASPAR OSÓRIO HENRIQUES**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 28/11/2018

---

Bruno Cardoso de Menezes Bahia, Dr. UFRRJ

---

Rosa Cristina Monteiro, Dra. UFRRJ

---

Edvaldo Pereira da Silva, Dr. IFRR

## **DEDICATÓRIA**

**Aos meus pais, Palmira e João Batista (*in memoriam*),  
por serem minha base, minha fortaleza.**

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Criador do Universo e seus abnegados colaboradores de luz que a cada nascer do sol nos propiciam novas oportunidades de crescimento, aprendizado e conhecimento.

Ao Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro por este Curso de Mestrado que nos proporcionou vivências transformadoras tanto acadêmicas, como profissionais e pessoais.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima por investir na capacitação e acreditar no potencial de seus servidores, ciente de que todos somos educadores.

À Direção Geral do Campus Amajari do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, bem como seus servidores técnicos e docentes que, de uma forma ou de outra, colaboraram com a realização desta pesquisa.

Aos meus entrevistados que, mui gentilmente, contribuíram com suas memórias e percepções que são a essência deste trabalho.

Ao Prof. Dr. Bruno Cardoso de Menezes Bahia pelo acolhimento, pela atenção, dedicação, compreensão, estímulo, pela paciência e por ter acreditado no meu potencial, mesmo quando eu próprio duvidava que o tinha. Muito além de um orientador, um grande e inesquecível amigo.

Ao Prof. Dr. João Batista R. de Abreu por estar comigo nos primeiros passos.

Aos meus colegas de turma, pelo aprendizado, pelo convívio e riquíssimas trocas de experiências ao longo da nossa formação, que só fortaleceram amizades e o sentimento de pertencimento à grande família IFRR.

Às pessoas muito especiais, cujo apoio e encorajamento foram fundamentais para que eu prosseguisse firme no propósito: Tatiana da Costa Rosa, Francelina de Queiroz Felipe da Cruz, Marcele Marília Costa de Brito, Maricélia Carvalho Moreira Leite e Maria da Natividade Alves de Oliveira.

Aos meus amigos e amigas que sempre me apoiaram e incentivaram a seguir em frente, que souberam aceitar e respeitar pacientemente as minhas ausências e isolamento temporário, para me dedicar à construção desta pesquisa.

À minha família, aos meus filhos de quatro patas: Charlie Brown e Peggy Jean e ao meu esposo, Osmar Reis, companheiro de todos os momentos, pela dedicação, cuidado, paciência e amor sem medidas. Gratidão eterna!

*Na convivência, o tempo não importa  
se for um minuto, uma hora, uma vida.  
O que importa é o que ficou deste minuto,  
desta hora, desta vida...*

**Mário Quintana**

## RESUMO

HENRIQUES, Gaspar Osorio. **A história institucional do *Campus Amajari* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima: memória e arquivo.** 2018. 47f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2018.

Este trabalho surgiu a partir da percepção de que a história do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) está baseada fundamentalmente na história do seu primeiro e mais antigo *campus*, o Boa Vista, e, por essa razão, não se conhece a história dos demais *campi* que o constituem. Com o propósito de resgatar a história institucional de um dos seus *campi* mais importantes, que é referência na educação agrícola na região norte do estado de Roraima, esta pesquisa tem como foco principal o processo de implantação do *Campus Amajari*, a partir da análise dos seus primeiros registros arquivísticos e complementada com a memória dos servidores envolvidos nesse processo. Podemos caracterizar esta pesquisa como de abordagem qualitativa, de natureza aplicada, descritiva, quanto aos seus objetivos, e documental quanto aos procedimentos utilizados. As respostas dos entrevistados foram categorizadas com base na análise de conteúdo, representadas a partir de gráficos e nuvens de palavras, que possibilitaram complementar a narrativa histórica do *Campus Amajari*, descritas nos documentos e, assim, possibilitaram vislumbrar o contexto econômico, político e social, sob a ótica da história do tempo presente, haja vista que nossos principais atores vivenciaram e ainda se encontram, em sua grande maioria, atuando no IFRR. Diante dos dados obtidos, concluímos que o *Campus Amajari* representa não somente a chegada de uma instituição de elevado padrão educacional a um pequeno município do interior do estado, mas a possibilidade de se levar conhecimento, desenvolvimento, progresso e oportunidades, transformando vidas, integrando culturas e empoderando indivíduos e comunidades.

**Palavras-chave:** Documentos. Arquivo. Memória. História.



## ABSTRACT

HENRIQUES, Gaspar Osorio. **The institutional history of the *Campus Amajari* of the Federal Institute of Vocational, Scientific and Technological Education of Roraima: memory and archive.** 2018. 47p. Dissertation (Master Science in Agricultural Education). Institute of Agronomy, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2018.

This work arose from the perception that the history of the Federal Institute of Vocational, Scientific and Technological Education of Roraima (IFRR) is based fundamentally on the history of its first and oldest *campus*, Boa Vista, and, for this reason, the history of the other campuses is still unknown. With the purpose of recovering the institutional history of one of its most important campuses, which is a reference in agricultural education in the northern region of Roraima (Brazil), this research has as main focus the process of implantation of *Campus Amajari*, from the analysis of its archival records and complemented with the memory of the workers involved in this process. We can characterize this research as a qualitative approach, of an applied and descriptive nature, regarding its objectives, and documentary about the procedures adopted. The respondents' responses were categorized based on the content analysis, represented by graphs and word clouds, which made it possible to complement the historical narrative of *Campus Amajari*, described in the documents and, thus, made it possible to glimpse the economic, political and social context through the view of the history of the present time, given that our main actors have lived and still are, for the most part, working at IFRR. Given the data obtained, we concluded that *Campus Amajari* represents not only the arrival of a high quality educational institution to a small city in Roraima's countryside, but the possibility of providing knowledge, development, progress and opportunities, transforming lives, integrating cultures and empowering individuals and their communities.

**Keywords:** Documents. Archive. Memory. History.

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Percentuais das respostas à Questão 1 .....	31
<b>Gráfico 2</b> – Percentuais das respostas à Questão 2 .....	33
<b>Gráfico 3</b> – Percentuais das respostas à Questão 3 .....	34
<b>Gráfico 4</b> – Percentuais das respostas à Questão 4 .....	34
<b>Gráfico 5</b> – Percentuais das respostas à Questão 5 .....	35

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Fachada Escola Estadual Ovídio Dias de Souza.....	3
<b>Figura 2</b> – Primeira turma Curso Técnico em Agricultura do CAM.....	3
<b>Figura 3</b> – Lançamento pedra fundamental e cápsula do tempo .....	4
<b>Figura 4</b> – Início das obras da sede própria do CAM.....	4
<b>Figura 5</b> – Fachada principal do prédio do CAM.....	5
<b>Figura 6</b> - Prospecto da Fortaleza de São Joaquim. ....	7
<b>Figura 7:</b> Mapa geográfico de Roraima, seus municípios e localização no mapa do Brasil.....	9
<b>Figura 8</b> – Ilustração Vista aérea do Projeto Arquitetônico da UNED Amajari .....	12
<b>Figura 9</b> – Ilustração da fachada principal do Projeto Arquitetônico da UNED Amajari.....	13
<b>Figura 10</b> – Fragmento da Ata da 1ª Audiência Pública em Amajari .....	17
<b>Figura 11</b> – Composição da mesa que conduziu a 1ª Audiência Pública em Amajari.....	17
<b>Figura 12</b> – Comunidade presente na 1ª Audiência Pública em Amajari.....	18
<b>Figura 13</b> – Vista aérea do conjunto arquitetônico do CAM .....	19
<b>Figura 14</b> - Nuvem de palavras Questão 6 .....	37
<b>Figura 15</b> - Nuvem de palavras Questão 7 .....	38
<b>Figura 16</b> - Nuvem de palavras Questão 8 .....	39

## LISTA DE SIGLAS

<b>CAM:</b>	<i>Campus Amajari</i>
<b>CEFET-RR:</b>	Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima
<b>CNP:</b>	Campus Novo Paraíso
<b>CNPq:</b>	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
<b>DF:</b>	Distrito Federal
<b>EAD:</b>	Ensino À Distância
<b>EJA:</b>	Educação para Jovens e Adultos
<b>ETF-RR:</b>	Escola Técnica Federal de Roraima
<b>ETR:</b>	Escola Técnica de Roraima
<b>IBICT:</b>	Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia
<b>IDHM:</b>	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
<b>IFRR:</b>	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
<b>IFSC:</b>	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
<b>MEC:</b>	Ministério da Educação
<b>PNUD:</b>	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
<b>SETEC:</b>	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
<b>SINTRAJUFE-RS:</b>	Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no RS
<b>RANI:</b>	Registro Administrativo de Nascimento de Indígena
<b>RR:</b>	Roraima
<b>RS:</b>	Rio Grande do Sul
<b>TCLE:</b>	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
<b>UFAM:</b>	Universidade Federal do Amazonas
<b>UFPA:</b>	Universidade Federal do Pará
<b>UFSM:</b>	Universidade Federal de Santa Maria
<b>UNED:</b>	Unidade de Ensino Descentralizada

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>1</b>
Prólogo: o pesquisador e o IFRR .....	1
O <i>Campus</i> Amajari: breve histórico .....	3
Objetivos e Estrutura do Trabalho .....	5
Objetivo Geral: .....	5
Objetivos Específicos: .....	5
Estrutura da Dissertação .....	6
<b>1 RORAIMA, AMAJARI E O IFRR.....</b>	<b>7</b>
1.1 O Estado de Roraima .....	7
1.2 O Município de Amajari.....	10
1.3 O IFRR e a Comunidade Escolar do <i>Campus</i> Amajari .....	10
<b>2 A BASE DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL DO CAMPUS AMAJARI DO IFRR.....</b>	<b>14</b>
2.1 A informação arquivística .....	14
2.2 A história do tempo presente .....	19
2.3 Metodologia da pesquisa .....	21
<b>3 FONTES E FATOS: DADOS COLETADOS.....</b>	<b>24</b>
3.1 O arquivo – uma implementação possível.....	24
3.2 As narrativas orais – uma aproximação possível.....	26
3.3 O <i>Campus</i> Amajari / IFRR pelas fontes .....	29
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>41</b>
<b>5 REFERÊNCIAS .....</b>	<b>43</b>
<b>6 ANEXO.....</b>	<b>46</b>
Anexo A.....	47

## APRESENTAÇÃO

### Prólogo: o pesquisador e o IFRR

A madrugada do dia 19 de dezembro de 1973, numa rua periférica da pequena Caçapava do Sul, no estado do Rio Grande do Sul, foi agitada para o marceneiro João Batista, tão habituado a lidar com serras, lixas, pregos e madeiras e que se viu na tarefa de amparar em suas mãos rudes o seu sétimo filho, que Palmira, sua esposa, acabara de trazer à luz do mundo. Para homenagear seu único tio deu-lhe o nome de Gaspar e assim iniciou minha jornada terrena. Vida simples e modesta, a infância e a adolescência foram tranquilas. Cresci sob os cuidados dos pais, das duas irmãs e dos quatro irmãos mais velhos. Aos dezoito anos ingressei no Curso de Letras da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) porém, após os primeiros quatro períodos, resolvi prestar novo vestibular para outro curso e então, em agosto de 1997, tornei-me bacharel em Arquivologia pela mesma universidade e neste mesmo ano mudei-me para a capital federal para a primeira experiência profissional, como bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) junto ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

Durante minha trajetória profissional, antes de adentrar no serviço público, atuei no desenvolvimento e implantação de projetos de organização de acervos arquivísticos em empresas de consultoria e prestadoras de serviços em diversas instituições públicas, como Ministério da Agricultura, Superior Tribunal Militar e Senado Federal, em Brasília/DF até 2004 e instituições privadas como Vonpar e Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Rio Grande do Sul (SINTRAJUFE-RS), em Porto Alegre/RS até 2014.

Desde setembro de 2014, sou arquivista da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR). Em fevereiro de 2016, conquistei o título de especialista em Gestão de Documentos e Informações, pela AVM Faculdade Integrada.

Ao ingressar no IFRR deparei-me com uma instituição com um perfil muito similar ao que se pode encontrar na grande maioria das instituições públicas no restante do país, ou seja, poucas iniciativas de tratamento arquivístico aos seus acervos documentais, ausência de políticas de preservação e conservação de documentos, assim como lacunas lastimáveis de conjuntos documentais importantes, esquecidos e/ou perdidos por total, desconhecimento de sua importância à memória e à história institucional.

Diante desse cenário observei que a narrativa histórica do IFRR está intrinsecamente ligada à trajetória da sua primeira unidade, o *Campus Boa Vista*, sem quase nenhum registro sobre a origem histórica dos demais *campi* que integram o IFRR. Por trazer desde minha infância a curiosidade em pesquisar e saber sobre as origens dos locais por onde estive inserido, desde o porquê do nome da rua da casa onde nasci, do nome da minha cidade e demais localidades por onde vivi, ainda hoje trago o interesse em investigar sobre a história dos lugares onde me encontro, porque vislumbro neste interesse incomum, o instigante mergulho no passado, nos fatos e feitos históricos que trazem ao presente o entendimento do hoje e, talvez uma pequena noção do que se pode esperar do amanhã.

E assim nasce o desejo de conhecer e compartilhar com as pessoas o surgimento do *Campus Amajari* (CAM), na intenção de resgatar do passado a sua origem, a sua vocação, as primeiras expectativas das comunidades que o circundam e que nele depositaram esperanças de desenvolvimento e progresso para suas localidades, seu município, bem como buscar verificar se houve êxito no papel transformador que os Institutos Federais se propuseram ao se expandir e se interiorizar por todo o país.

Ao pensar esta pesquisa a ideia inicial era dedicar-me à busca das origens dos dois *campi* agrícolas do IFRR, isto é, do *Campus* Novo Paraíso (CNP) e do *Campus* Amajari (CAM), no entanto, em detrimento das grandes dimensões que a pesquisa tomaria, possivelmente não venceria o cronograma e, por outro lado, as distâncias de ambos os *campi* em relação à capital também foram consideradas. Estes fatores foram decisivos para escolher o CAM, por ser o mais próximo e também pela afinidade com o ambiente acolhedor que o projeto arquitetônico proporciona, além da atmosfera de comunhão e solidariedade que se percebe de imediato entre os servidores técnicos, docentes, terceirizados e munícipes.

A estes aspectos soma-se a preocupação, enquanto profissional da informação e servidor do IFRR, de se dar início a uma nova cultura de cuidado e preservação dos acervos documentais/informacionais, visando a salvaguarda da memória institucional local e ao mesmo tempo do IFRR como um todo.

Devido ao fato de que até o momento não existe, seja no âmbito do CAM ou do IFRR, um setor devidamente instituído e responsável pela gestão dos documentos e, conseqüentemente, pela preservação, conservação e guarda dos documentos mais relevantes, que encerram em si a memória institucional, este trabalho também visa enfatizar o quão necessário e urgente se faz a viabilização, criação e implantação de um setor com esta finalidade, para atender a comunidade acadêmica, pesquisadores e cidadãos.

O CAM ao ser implantado no município de Amajari se tornou um marco e uma referência para toda a comunidade local e região norte do estado de Roraima e, por tal importância, tem o dever e a missão de conservar a sua memória, porque com isso estará também preservando a história do seu povo, do seu município, deixando esse legado às gerações vindouras. Com isto se evidencia que a presença de uma instituição da envergadura do IFRR extrapola a responsabilidade de levar educação profissional, científica e tecnológica, envolve muito mais pois, traz para si o compromisso de transformar mentalidades, integrar, fortalecer e difundir a diversidade cultural de seus estudantes e suas respectivas famílias.

Considerando que sua autorização oficial para funcionamento se deu a partir da publicação da Portaria Nº 1.366, MEC, de 6 de dezembro de 2010, a história do CAM é muito recente e, provavelmente, por este motivo até o momento não encontrei nenhuma obra de referência que dedicasse mais do que alguns parágrafos com relação a sua trajetória histórica. Encontrei então, frente a essas lacunas, a oportunidade de aprofundar o conhecimento sobre o CAM e todo o seu envolvimento com as comunidades que o cercam, bem como o papel e sua inegável contribuição para que o IFRR continue mantendo, cada vez mais, o seu elevado padrão de excelência e referência em educação profissional, científica e tecnológica no estado de Roraima, em total consonância com que afirma Pacheco (2011, p. 19):

“[...] os Institutos Federais assumem o papel de agentes estratégicos na estruturação das políticas públicas para a região que polarizam, estabelecendo uma interação mais direta junto ao poder público e às comunidades locais.”

Diante dessa tão recente trajetória histórica do CAM, a probabilidade de se encontrar um número expressivo de registros documentais é pequena, razão pela qual pareceu muito propícia a abordagem da historiografia contemporânea que trata da *história do tempo presente*, que Bahia (2016, p. 39) claramente elucida ao afirmar que é “uma conexão em rede de seriadas ocorrências desembocando em um passado próximo, passível de aproximação por meio e não somente de fontes documentais, valorizando, também, as narrativas dos seus agentes.” E assim contou-se com a colaboração de atores que vivenciaram o processo de implantação do CAM e, em alguns casos, até hoje participam e acompanham sua trajetória.

## **O Campus Amajari: breve histórico**

O CAM teve seu funcionamento autorizado, por meio da Portaria nº 1.366, de 6 de dezembro de 2010. Nos primeiros anos funcionou em caráter provisório nas dependências da Escola Estadual Ovídio Dias de Souza.



**Figura 1** – Fachada Escola Estadual Ovídio Dias de Souza

Fonte: autor



**Figura 2** – Primeira turma Curso Técnico em Agricultura do CAM

Fonte: ASCOM/IFRR

O primeiro curso ofertado foi o de Técnico em Agricultura, na modalidade Subsequente ao Ensino Médio, em 2010, com duas turmas que abrigaram 63 estudantes. De acordo com a Coordenação de Registro Escolar do CAM, 28 alunos concluíram, 23 abandonaram e 17 desistiram. A Coordenação também informou que na primeira turma, 32 alunos se autodeclararam de cor parda, 03 de cor branca, 01 de cor preta, 16 não declarados e 11 alunos se autodeclararam indígenas. Destes últimos, no entanto, não foi possível informar a etnia dos mesmos, uma vez que a autodeclaração não era obrigatória nessa época, por isso, não foi exigido a apresentação do Registro Administrativo de Nascimento Indígena (RANI), documento que informa a qual etnia o indígena pertence. Informou ainda que a coleta do quesito raça/cor tornou-se obrigatória somente após a entrada em vigor da Portaria Normativa MEC nº 21, de 28 de agosto de 2013.

Em 2011, iniciaram-se as turmas do Curso Técnico em Agricultura Concomitante ao Ensino Médio em Regime de Alternância. Já em 2012, foram abertas duas novas turmas do Curso Técnico em Agricultura Integrado ao Ensino Médio.



Paralelamente ao funcionamento na escola Ovídio Dias acontecia a construção da sede própria do *campus*, iniciada em abril de 2010. Em maio do mesmo ano foi realizado o lançamento da pedra fundamental do *Campus Amajari*, nesta cerimônia os presentes registraram em folhas de papéis suas perspectivas do futuro para a região do Amajari, estes registros foram lacrados uma caixa de intenções – carinhosamente chamada de “cápsula do tempo” e em 2016 foi aberta. Aproximadamente 60 mensagens estavam depositadas na “cápsula”.



**Figura 3** – Lançamento pedra fundamental e cápsula do tempo  
Fonte: ASCOM/IFRR

A localização do terreno foi importante e estratégica, uma vez que está próximo da sede do município e é de fácil acesso para a população local e das demais localidades da região norte do estado.



**Figura 4** – Início das obras da sede própria do CAM  
Fonte: ASCOM/IFRR

No mês de agosto de 2012, iniciaram-se as atividades nas instalações próprias. A inauguração do novo prédio ocorreu em 05 de dezembro de 2012.



**Figura 5** – Fachada principal do prédio do CAM

Fonte: ASCOM/IFRR

Já na sede própria, no ano de 2013, o *Campus Amajari* começou a ofertar turmas do Curso Técnico em Agropecuária, voltado justamente para atender de forma sistemática às necessidades de organização e produção no segmento, contribuindo, entre outros aspectos, para uma atuação cidadã empreendedora, comprometida com a conservação ambiental.

No ano de 2014, foi criado o Curso Técnico em Aquicultura, na modalidade Subsequente. No total, 35 alunos ingressaram no curso, que é considerado um dos mais promissores da região.

Em 2016, o *Campus Amajari* lançou seu primeiro curso superior de Tecnologia em Aquicultura, o segundo da região Norte. O CAM também oferece cursos técnicos na modalidade de Educação a Distância (EaD) de Cooperativismo e Informática em sete polos nos Municípios de Uiramutã, Normandia (nas comunidades indígenas do Xumina, Raposa e Araçá da Serra), Cantá, Boa Vista (Comunidade indígena Truaru da Cabeceira), além da sede do Amajari.

Toda a estrutura apresentada atende em média 240 alunos de forma presencial e 225 alunos na modalidade de Educação a Distância (EaD).

Atualmente, o quadro funcional é composto por 90 servidores, entre técnicos administrativos e docentes.

## **Objetivos e Estrutura do Trabalho**

### **Objetivo Geral:**

Resgatar a memória institucional do *Campus Amajari*, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, a partir dos seus arquivos e testemunhos dos atores envolvidos no momento da sua fundação, com a finalidade de perceber a vocação social e institucional até o presente.

### **Objetivos Específicos:**

- Apresentar o contexto geográfico-histórico-social no qual o CAM está inserido;
- Desenvolver metodologicamente os princípios básicos de aproximação e análise dos dados coletados para melhor compreensão dos problemas próprios do CAM desde a sua fundação;
- Analisar as fontes coletadas iluminado pelas teorias descritas na base metodológica.

## Estrutura da Dissertação

A presente dissertação foi estruturada em três capítulos e cada um deles contendo três subcapítulos para melhor organização dos assuntos e mais fluidez à sua leitura.

No primeiro capítulo: “**Roraima, Amajari e o IFRR**” procuramos situar o objeto da pesquisa, no tempo e no espaço, com o intuito de que o leitor tenha a exata noção de onde o trabalho foi realizado, principalmente porque frente às dimensões continentais do nosso país e o pouco conhecimento que se tem da região onde ele foi desenvolvido, essa contextualização é imprescindível.

O segundo capítulo intitulado “**A base da memória institucional do *Campus Amajari do IFRR***” procuramos - a partir da compreensão dos principais temas que envolvem o conhecimento da arquivologia, seu campo de estudo e seus profissionais - apresentar como a história do tempo presente nos auxiliou metodologicamente a realizar nossa abordagem conceitual e os problemas decorrentes apresentados neste trabalho e, também, a vislumbrar os caminhos que nos conduziram à compreensão do método objetivo de coleta de dados e instrumentos que viabilizaram a análise das informações obtidas.

Nosso terceiro e último capítulo: “**Fontes e fatos: dados coletados**” nos propusemos a apresentar e analisar as informações encontradas nos documentos físicos que remetem ao processo de implantação do *Campus Amajari* e também nos elementos de memória relatados a partir das entrevistas com os membros da comissão responsável pela organização do referido processo, com o intuito de revisitar e contextualizar esse período da história recente do *Campus Amajari* e do IFRR.

# 1 RORAIMA, AMAJARI E O IFRR

Para compreendermos melhor e situarmos no tempo e no espaço o objeto desta pesquisa, faz-se necessário apresentar uma breve narrativa histórica sobre sua inserção nos três locais que delimitam o âmbito deste trabalho, haja vista a imensidão geográfica do Brasil e o pouco conhecimento que os pesquisadores e estudantes das demais regiões possuem sobre o seu extremo norte, onde se situa o Estado de Roraima, o Município de Amajari e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Acreditamos que essa tríade constitui-se como *locus* fundamental para nos aproximarmos de hipóteses referentes aos possíveis impactos sobre o desenvolvimento e crescimento da região.

## 1.1 O Estado de Roraima

Considerado um dos estados mais jovens da República Federativa do Brasil, Roraima (RR) deixou de ser Território Federal após a promulgação da Constituição Federal de 1988. No entanto sua origem remonta ao período do Brasil Colônia, no qual as fronteiras do extremo norte ainda estavam sendo estabelecidas entre espanhóis, portugueses, ingleses e holandeses.

Segundo Freitas (2001, p. 89), o marco que consolidou a presença portuguesa na região do Rio Branco, foi a construção do Forte São Joaquim, em 1775. Porém, esse mesmo autor chama a atenção para o fato que existe uma “distância cronológica entre a história do Brasil e a história de Roraima”, uma vez que somente “dois séculos depois da descoberta do Brasil, os portugueses começaram a chegar ao rio Branco, buscando a conquista e a consolidação desta região para pensar em integrá-la gradualmente ao todo nacional.” (FREITAS, 2001, p.92).



**Figura 6** - Prospecto da Fortaleza de São Joaquim.

Fonte: CODINA, José Joaquim [17--]. Biblioteca Digital da Biblioteca Nacional.

Disponível em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss1095055.jpg](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1095055.jpg). Acesso em: 06 out. 2018.

Encontramos no texto de Botelho (2009, p. 23) um resumo histórico da trajetória da ocupação da região que hoje é Roraima:

Após a construção do Forte São Joaquim, o processo de colonização através de aldeamentos indígenas foi acelerado, mas em seguida abandonado pelos índios (1780-1781). Estes, descontentes e não aceitando as condições impostas pelos colonizadores portugueses, rebelaram-se num grande levante, uma vez que acordos estabelecidos com os indígenas relativos à utilização da sua força de trabalho e pagamento, não foram cumpridos. Tais descontentamentos causavam revoltas constantes, proporcionando uma densa fragilidade no processo de ocupação e colonização dessa área.

Como forma de introduzir a pecuária nos extensos campos naturais do Rio Branco, o Coronel Lobo D'Almada, em 1789, introduziu as primeiras cabeças de gado, trazidas de Tefé, no Amazonas as quais, espalhando-se, contribuíram para o processo de ocupação e de expansão das áreas.

A exploração econômica da região começou a tomar impulso no século XIX, também com a vinda de colonos europeus. Das povoações existentes no século XVIII, apenas a freguesia de Nossa Senhora do Carmo, uma fazenda particular de gado, com o nome de Boa Vista, sobreviveu e prosperou, sendo elevada à categoria de vila, sob a denominação de “Vila de Boa Vista do Rio Branco”.

Até 1943 a região em questão fazia parte do Estado do Amazonas, quando então no governo do Presidente Getúlio Vargas foram criados os Territórios Federais e dentre eles o do Rio Branco, como parte da política de ocupação e desenvolvimento das regiões de fronteira. Em 1962 passou a denominar-se Território Federal de Roraima, para dar fim às muitas confusões de destino de correspondências que ocorriam devido ao homônimo com a capital do então Território Federal do Acre, Rio Branco, como podemos constatar no trecho do Projeto de Lei Nº 1.433, de 1960, de autoria do Deputado Valério Caldas de Magalhães:

Com o perpassar dos anos, no contacto diuturno que temos tido com o povo do Rio Branco, filho que somos daquela região, chegamos à conclusão que se impõe a mudança do nome, dia a dia mais gritante, reclamação constante da grande maioria dos habitantes daquele vale, tantos os problemas que se sucedem: encomendas, correspondências, cargas diversas dos dois Governos e mesmo do comércio que seguem destino diferente, para a Capital do Território do Acre, a cidade do Rio Branco ou para o Território de igual nome. Como Governo que fomos em ambas as citadas unidades da federação, contatamos, por diversas vezes, que a correspondência oficial, rádios, ofícios, processos, etc., eram trocados na expedição, ocasionando sérios transtornos, mormente quando se tratava de expediente de natureza urgente.

Ainda na justificativa do seu Projeto de Lei, o Deputado Magalhães expõe as razões para a escolha do novo nome atribuído ao Território de Rio Branco:

A denominação que propomos de Roraima para substituir a atual de Rio Branco, encontra amparo na opinião pública, tantos os apelos que temos recebido nesse sentido e está acorde com a tradição de se dar às nossas unidades da Federação, nomes de acidentes geográficos os mais expressivos. Nosso lindes, na região Norte a que nos referimos, são balizados em sua maioria pelas elevações que os caracterizam. O sistema Parimo-Guiano, que é constituído pelas Serras Parima, Paracaima e Roraima, serve de divisa entre o nosso País, a Venezuela e a Guiana Inglesa. Separa as águas das calhas Amazônica-Orenoco, principalmente. Como ponto de trijunção entre os três países, constituindo verdadeiro nó de fronteiras, traço de União comum a três povos irmanados por idênticos ideais de liberdade, paz, ordem

e progresso, soberbo em sua imponência granítica, dominando vasto panorama em sua altitude de 2.875 metros, está o monte Roraima, testemunha das mais antigas dos movimentos tectônicos e das modificações geológicas do arcabouço arqueano, marco indelével e insubstituível da hegemonia de três Nações, da amizade fraternal de três países, que crescem e caminham unidos para os grandes destinos a que hemos de chegar, nós povos livres da América, livre e eterna. Eis Senhores Deputados, o acidente geográfico de particular e indiscutível importância e cujo nome indígena, possivelmente originado da tribo aruaque, formadora do elemento silvícula na região, julgamos merecedor de ser dado ao Território que temos a honra de representar nesta casa.

Botelho (2009, p. 26) nos relata um breve panorama do desenvolvimento deste período quando menciona que:

A população do Território Federal de Roraima era, inicialmente, constituída por nativos de várias etnias (Macuxi, Yanomami, Taurepang, Ingarikó, Wapixana, Uaimiri-Atroari, Maiongong) intensificando-se o fluxo migratório na última metade do século XX, em função da abertura dos garimpos de ouro na região, da abertura da estrada Manaus/Boa Vista e, também, da forte campanha publicitária de incentivo à migração para o povoamento desse Território Federal, implantada país a fora pelo seu Governo. (BOTELHO, 2009)

Roraima possui atualmente quinze municípios, sendo a sua capital Boa Vista, que concentra mais de sessenta por cento da população de todo o estado.



**Figura 7:** Mapa geográfico de Roraima, seus municípios e localização no mapa do Brasil

Fonte: montagem elaborada pelo autor a partir de imagens da *internet*

De acordo com os dados mais recentes apresentados pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento de Roraima (SEPLAN), em seu *site*<sup>1</sup> o Produto Interno Bruto (PIB) do Estado de Roraima ficou em R\$ 10,3 bilhões em 2015, apresentando queda real de -0,3% na comparação com o ano de 2014, mantendo sua participação em 0,2% do PIB do Brasil. Consta que entre os setores da economia do estado, no ano de 2015 a Agropecuária teve uma

<sup>1</sup> Disponível em: <http://www.seplan.rr.gov.br> Acesso 3 nov 2018

participação de 6.6%, a Indústria de 9,4% e a Administração com 47,8%, continua sendo a atividade mais representativa, enquanto os demais serviços participam em 36.2%.

Roraima ainda é considerado uma terra de oportunidades, onde há muito espaço para empreender, muitas possibilidades de investimento e aproveitamento, de forma sustentável, dos seus recursos naturais e de seu povo gentil e aguerrido, que acolhe migrantes de diversas regiões do país e de imigrantes estrangeiros, em busca de um novo recomeço.

## 1.2 O Município de Amajari

Dentre os quinze municípios do estado de Roraima, encontramos o município de Amajari localizado na região norte do Estado. Limita-se ao norte e ao oeste com a República Bolivariana da Venezuela, ao sul com o município de Alto Alegre e com a capital Boa Vista e a leste com o município de Pacaraima.

Sua trajetória histórica, enquanto município, é bem recente, tendo-se em vista que foi em 17 de outubro de 1995 que ele foi elevado a esta categoria, pois anteriormente pertencia ao município de Boa Vista. Constituído pela união de diversas vilas rurais, o novo município recebeu o mesmo nome do principal rio da região - o rio Amajari, afluente do rio Uraricoera, que por sua vez é afluente do Rio Branco. A sede era conhecida como Vila Brasil, devido ao nome do proprietário do bar, o senhor Brasil, ao redor do qual surgiram as primeiras residências na estrada que liga Boa Vista à antiga região de garimpo, na Serra do Tepequém.

Da sua área territorial total de 28.472,22 Km<sup>2</sup>, 58,71%, ou seja, 16.790,99 Km<sup>2</sup> foram demarcados como reserva indígena, sendo que as principais áreas são: Ananás, Aningal, Cajueiro, Ouro, Ponta da Serra, Santa Inês e pertencem à etnia Macuxi; Anaro aos Wapixana; Araçá aos Macuxi e Wapixana e as terras Yanomami aos indígenas que levam o mesmo nome. Segundo Matos (2013, p.120), “o Makuxi é a etnia predominante no Estado de Roraima e juntamente com a etnia Wapixana compõem a comunidade indígena do Amajari.”

Essas etnias, embora distintas em suas línguas e costumes, há muito convivem harmoniosamente, como destaca Eggerath (1924, p.58 *apud* Matos, 2013, p. 134) “Interessante é observar como se reúnem diversas tribus, de physico e língua ou dialectos diferentes, trazendo cada qual seus costumes, sem que a harmonia fique prejudicada” O autor complementa: “Estes aspectos diversos até ganham pelo lado pitoresco e a comunhão dos índios se torna mais íntima”.

A economia de Amajari está baseada na agropecuária e, conforme dados do IBGE de 2016, destacam-se as produções de arroz, mandioca, banana e melancia. Na pecuária o destaque vai para os rebanhos de bovinos, galináceos, equinos e suínos. Também há uma excelente e crescente produção de peixes, principalmente as espécies Tambaqui e a Matrinxã, que abastece o mercado interno e do estado do Amazonas.

Há um potencial turístico em crescente desenvolvimento, com destaque para a Estação Ecológica Ilha de Maracá e a Serra do Tepequém, com suas cachoeiras e belas paisagens.

## 1.3 O IFRR e a Comunidade Escolar do *Campus* Amajari

Com a finalidade de alinhar o contexto onde esta pesquisa foi por nós desenvolvida é imprescindível apresentar um breve histórico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), haja vista que ao se conhecer a sua evolução institucional, obtém-se uma compreensão da formação do seu acervo documental e, portanto, de sua memória.

A Escola Técnica de Roraima (ETR) foi criada em 1986, na capital Boa Vista, no então Território Federal de Roraima. Suas atividades tiveram início em 1987, ofertando os cursos técnicos de Eletrotécnica e o de Edificações. Em 1988, quando o Território Federal de Roraima foi elevado à categoria de Estado, a partir de 1989, a ETR passou a integrar a rede pública estadual de ensino. Em 1993 retornou à rede federal, como Escola Técnica Federal de Roraima (ETF-RR). Nesse período foram criados os cursos de técnico em Agrimensura, Magistério em Educação Física e Fundamental de 5ª a 8ª série. Em 2002, foi transformada no Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima (CEFET-RR), a modalidade de Ensino Fundamental foi extinta e se tem início a verticalização do ensino básico para o técnico e superior.

Em 2005, foi criada a primeira Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) de Novo Paraíso, no Município de Caracarái, no sul do estado, fazendo parte da Primeira Fase de Expansão da Rede Federal de Educação. Em agosto de 2007 teve o início do Curso Técnico em Agricultura Integrado ao Ensino Médio e uma turma voltada para o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade da Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Posteriormente, o CEFET-RR foi contemplado com mais uma UNED no município de Amajari, no norte do estado.

Em 29 de dezembro de 2008 foi sancionada a Lei nº 11.892 que instituiu 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em todo o país, cujo conceito encontramos em seu Artigo 2º:

**Artigo 2º** os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e *multicampi*, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos, com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei.

Pacheco (2008, p. 4) caracterizou o novo formato dessas instituições escolares da seguinte maneira

os Institutos Federais surgem como autarquias de regime especial de base educacional humanístico-técnico-científica, encontrando na territorialidade e no modelo pedagógico elementos singulares para sua definição identitária. [...] essas instituições consolidam seu papel junto à sociedade. E na construção de uma rede de saberes que entrelaça cultura, trabalho, ciência e tecnologia em favor da sociedade, identificam-se como verdadeiras incubadoras de políticas sociais.

A partir dessa data, o CEFET-RR passou a integrar o conjunto dos Institutos Federais assumindo a nomenclatura de IFRR, sendo constituído de uma Reitoria e três *campi*: Boa Vista, Novo Paraíso e Amajari. No ano de 2011, o IFRR foi contemplado com mais um *campus*: o Boa Vista Zona Oeste, com sede na Capital. Em 2014, foi implantado o *Campus* Avançado do Bonfim, no município de mesmo nome.

Notamos que a narrativa histórica do IFRR coincide basicamente com a da sua primeira unidade de ensino, ou seja, o *Campus* Boa Vista, que passou por todas as transformações elencadas anteriormente, ficando os demais *campi* como coadjuvantes, sem o merecido destaque às suas histórias, ainda que recentes, precisam ser conhecidas. Dessa mesma forma, pretendemos valorizar e destacar o quão são importantes para as suas localidades, bem como seu poder transformador para as regiões em que foram implantadas. Este será o nosso olhar específico para o *Campus* Amajari.



Iluminados por Lopes (1996, p. 44), “se não se sabe como e para que funciona determinada organização, é impossível pensar em qualquer solução de tratamento de seus acervos”, encontramos mais uma razão para resgatar os registros e a memória que compõem a fundação do *Campus Amajari* do IFRR.

Sua história é recente e, em uma eventual falta de registros documentais, é possível buscar junto aos atores envolvidos na época, que ainda se encontram no exercício de suas atividades como servidores técnicos ou docentes. Sob a perspectiva da história do tempo presente, suas lembranças pessoais daquele contexto podem se efetivar como registros essenciais para a preservação da memória institucional.

De acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil de 2013, divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que considerou indicadores de longevidade (saúde), renda e educação entre 1991 e 2010, Amajari está classificado na 5.550ª posição no país, com um Índice de Desenvolvimento Municipal (IDH-M) de 0,484, considerado ainda “muito baixo”. Segundo estes dados o município está na 15ª posição em se tratando de renda dentre os 15 que compõem o estado de Roraima, e no que consiste em educação na 14ª posição. Apesar dessa posição no *ranking* estadual, no comparativo com os anos anteriores (1991 e 2000) observa-se uma evolução positiva.

Em maio de 2008 os gestores do então Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima (CEFET/RR) em conjunto com representantes dos poderes públicos executivo e legislativo municipal, estadual e federal, realizaram a primeira audiência pública na localidade de Amajari, consolidando mais um passo na política de expansão e interiorização da rede federal de ensino tecnológico, levando à consulta da comunidade de Amajari a proposta de construção de uma Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) para aquela localidade e dessa forma verificar os anseios, expectativas e interesses da comunidade local, visando a construção em conjunto do plano pedagógico e quais os cursos que melhor atenderiam a região noroeste do estado.



**Figura 8** – Ilustração Vista aérea do Projeto Arquitetônico da UNED Amajari  
Fonte: ASCOM/IFRR



**Figura 9** – Ilustração da fachada principal do Projeto Arquitetônico da UNED Amajari  
Fonte: ASCOM/IFRR

Botelho (2009, p. 111) destaca a criação da unidade de ensino descentralizada no município de Amajari e enfatiza que esta unidade “também atuará na formação e qualificação de profissionais ligados ao setor do agronegócio e da agroindústria” para atender as demandas e necessidades dos municípios da região norte e noroeste do estado de Roraima e fronteira com a Venezuela.

Frente ao que foi exposto e considerando a sua origem e vocação agrícola, o interesse pelo resgate da memória institucional desse *campus* em particular é sem dúvida uma excelente oportunidade para aprofundar o conhecimento da história e da situação dos registros documentais de uma das principais unidades do IFRR e tal conhecimento é essencial para demonstrar a real dimensão da relevância e das mudanças que a missão do IFRR promove para o desenvolvimento e crescimento da região onde está inserido, assim como em todo o Estado de Roraima.

## 2 A BASE DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL DO CAMPUS AMAJARI DO IFRR

A partir da compreensão dos principais temas que envolvem o conhecimento da arquivologia, seu campo de estudo e seus profissionais, neste capítulo procuraremos apresentar como a história do tempo presente nos auxilia metodologicamente como fio condutor entre nossa abordagem conceitual e os problemas decorrentes apresentados neste trabalho e, também, vislumbrar os caminhos que nos conduzirão à compreensão do método objetivo de coleta de dados e instrumentos que viabilizarão a análise das informações obtidas, para alcançarmos os objetivos propostos nesta pesquisa.

### 2.1 A informação arquivística

Julgamos conveniente, antecipando quaisquer considerações sobre o tema desta pesquisa, apresentar alguns conceitos próprios do campo epistemológico da arquivologia que nos permitirão uma visão mais apropriada sobre a perspectiva da nossa formação acadêmica e profissional.

Começamos então pela compreensão do que é um arquivo. Em diversos momentos, nos deparamos com o senso comum de que o arquivo é constituído somente por aquilo que está – ou mesmo cabe – dentro dos gavetões de metal espalhados em qualquer instituição. Por óbvio, encontramos esse tipo de mobiliário também no Instituto Federal de Roraima, mas seu arquivo extravasa os limites da densidade metálica que envolve as pastas suspensas de papelão. Consoante à definição apresentada por Bellotto (2014, p. 3),

os arquivos têm como funções básicas a gestão da organização e do uso, a guarda e a difusão das informações contidas nos documentos produzidos/recebidos/acumulados pelas diferentes entidades públicas ou privadas no decorrer do seu funcionamento, encarregando-se também de assessorar a sua produção e administrar o seu uso. (BELLOTTO, 2014, p. 3)

E mais adiante a autora complementa que os “arquivos são instrumentos nos quais a informação está registrada, para que dela se faça uso seja no sentido da gestão, seja no da cidadania, seja no da história”. Desta forma, podemos refletir sobre o tamanho de fontes e arquivos que podem fazer parte do acervo de uma instituição, conservando, de modo significativo, seu passado (e por que não, também, o seu presente?) e sua memória.

É nesse sentido que vislumbramos o entendimento de quão importante e necessária é a preservação dos registros documentais de uma instituição, não só para sua própria organização como também para o seu legado histórico.

Como afirma Matos (2012, p. 21),

compreender como o conhecimento de uma área do saber se estrutura, se organiza e se transforma é condição crucial para o seu aperfeiçoamento. A evolução do pensamento arquivístico deixa de ser aleatório e casuístico exatamente porque passou a ser objeto de sua própria reflexão e autocrítica, resultado de debates e discussões epistemológicas. (MATOS, 2012, p. 21)

A partir desse entendimento sobre o principal objeto a que se dedica a área de nossa formação acadêmica, podemos seguir para a compreensão do que se ocupa a ciência da

Arquivologia: por que há um nicho de conhecimentos próprios para lidar com as informações arquivísticas? Encontramos nas reflexões de Vital (2015, p. 19) uma sucinta definição sobre o tema e sua evolução, que responde a nossa questão.

é uma ciência que se fortaleceu a partir da Revolução Francesa, com a centralização da gestão de documentos públicos em Arquivos Nacionais e sob a custódia do Estado. Esse acontecimento foi sucedido por alguns outros, igualmente relevantes para a área, como os primeiros manuais arquivísticos, que contemplavam todos os saberes técnicos da profissão e foi ponto de partida para o aprofundamento de temáticas específicas. (VITAL, 2015, p. 19)

Isto posto, ficam nítidos os fortes vínculos que a Arquivologia tem com a Administração e com a História, haja vista que seu principal objeto de estudo são os registros arquivísticos, ou seja, os documentos, as informações neles contidas, sua organização e acessibilidade. Os profissionais que estudam e se dedicam a este fim denominam-se arquivistas.

No Brasil a profissão de arquivista é reconhecida e regulamentada desde 1978<sup>2</sup> e, muito embora seja inegável sua evolução, consolidação e reconhecimento na região sul e sudeste, ainda enfrenta o desconhecimento de sua existência e importância, nas regiões norte e nordeste, onde existe um número pequeno de arquivistas atuando e poucos (e recentes) cursos de graduação<sup>3</sup> que proporcionam a formação desses profissionais. Corroborando com essa afirmativa, o IFRR foi a primeira instituição no estado de Roraima a abrir concurso com duas vagas para o cargo de arquivista, no ano de 2013. No entanto, não houve aprovados no referido certame e foi assim que fomos convocados a ocupar as vagas dos cargos, haja vista que havíamos sido aprovados, classificados e aguardávamos convocação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), que realizou concurso público naquele mesmo ano.

As nomeações dos dois arquivistas no quadro de servidores técnicos do IFRR ocorreram em setembro de 2014, na Reitoria, e em janeiro de 2015 no *Campus* Boa Vista. Por esta razão, o desenvolvimento das políticas arquivísticas, assim como institucionalização do arquivo no âmbito do IFRR, se encontram ainda em elaboração e implantação. Esse processo implicou ainda mais na necessidade de nos aprofundarmos na investigação sobre as origens dos *campi* localizados no interior do estado, com vistas a obter, com mais propriedade, o conhecimento das nuances e particularidades de cada unidade que o compõe.

Quando Lopes (1996, p. 44) afirma que “se não se sabe como e para que funciona determinada organização, é impossível pensar em qualquer solução de tratamento de seus acervos”, encontramos mais uma razão para ir em busca do resgate dos registros que compõem a criação do *Campus* Amajari do IFRR, aproveitando que sua história é recente e, numa eventual falta de registros documentais, é possível buscar junto aos servidores da época, suas lembranças pessoais daquele contexto e assim efetivar os registros essenciais para a preservação da memória institucional.

Moreno (2006, p. 17) declara que

---

<sup>2</sup>Lei nº 6546, de 4 de julho de 1978 - *Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências.* <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/128373/lei-6546-78>

<sup>3</sup> Curso de Arquivologia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), criado em 2009 e o da Universidade Federal do Pará (UFPA) em 2011.

a informação arquivística é produzida dentro do exercício das funções/objetivos a que se propõem as entidades e tem papel fundamental, pois faz parte dos recursos informacionais, que ao lado dos recursos humanos, financeiros e materiais, toda organização utiliza para seu funcionamento. (MORENO, 2006, p. 17)

Dessa maneira podemos inferir que os registros arquivísticos são fontes inesgotáveis de informação, de conhecimento, que revelam não somente ações e práticas para determinado fim, como encerram em si a essência do propósito da existência de uma instituição.

Do mesmo modo, Sena (2014, p. 86) nos convida a refletir sobre as informações que se concretizam “em documentos arquivísticos que mantêm relações orgânicas entre si, pois foram produzidos e acumulados no cumprimento das atividades e funções da organização.” Isso demonstra uma das principais características que define o que é um documento arquivístico, ou seja, a *organicidade* e a *inter-relação natural dos documentos* que, em conjunto, efetivamente reproduzem a estrutura, a dinâmica e o funcionamento de uma instituição. Quando essas fontes nos são apresentadas individualmente, de modo avulso, pouco ou nada se pode compreender da instituição a que pertence. Sob esse aspecto, nos afirma Bellotto (2014, p. 4):

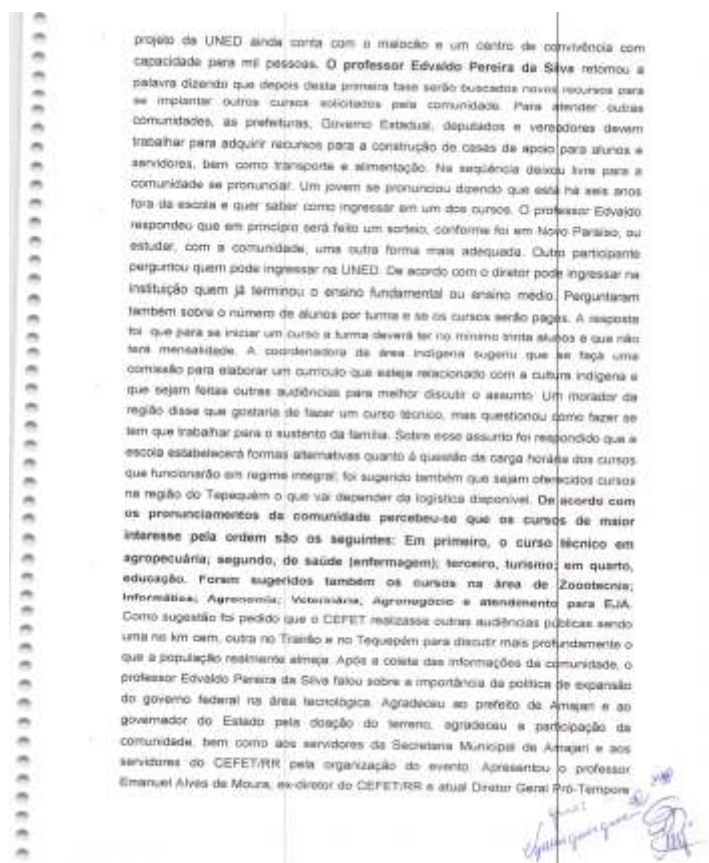
Um documento arquivístico isolado do seu conjunto não faz sentido. Ele contém, portanto, não uma informação qualquer, mas a que é vinculada a uma vasta cadeia e é parte indissolúvel do seu meio genético de criação, vigência e uso. É a organicidade a grande característica dessa especificidade dos documentos de arquivo. É o princípio pelo qual as relações administrativas orgânicas se refletem nos conjuntos documentais. É a qualidade segundo a qual os arquivos espelham a estrutura, as funções e as atividades da entidade produtora/acumuladora em suas relações internas e externas. (BELLOTTO, 2014, p. 4)

Em nosso ponto de vista, mergulhar na investigação das origens do CAM é libertar da obscuridade, do esquecimento, os documentos que registraram atos e ações passadas que legaram ao presente fatos importantíssimos que não podem ser olvidados e desprezados à ação do tempo, da poeira, do descaso.

A relevância informacional que os registros documentais contêm se pode chamar de memória institucional, visto que “memória” não é privilégio apenas do indivíduo. Uma instituição prescinde de memória porque é a partir dela que seus rumos são traçados, sua trajetória e razão de existir são estabelecidas. Uma instituição não atingirá seus objetivos, sua missão, sem consultar e preservar seus registros documentais.

Considerando nosso *campus* em estudo, procuramos identificar quais os documentos arquivísticos podem nos revelar este caráter de memória institucional, que possam constituir documentalmente de fato a história de como foi concebido e como se deu o processo de implantação do CAM.

Na primeira etapa da pesquisa procedemos à verificação *in loco*, junto à secretaria do gabinete do diretor geral do no *Campus* Amajari, de quais os documentos que precederam à implantação do *campus* encontram-se ali guardados. Foram encontradas as atas originais das três audiências públicas, realizadas nas comunidades da região, que tiveram como objetivo a consulta aos habitantes das principais localidades que seriam atendidas pelo futuro *campus* do IFRR, onde elas demonstraram suas expectativas, anseios e quais os cursos gostariam que fossem ofertados.



**Figura 10** – Fragmento da Ata da 1ª Audiência Pública em Amajari  
Fonte: Gabinete Diretor Geral do CAM/IFRR

Embora a relevância dessas audiências públicas realizadas, verificamos que no CAM, em termos de registros documentais daquele momento, apenas as atas das referidas reuniões com as comunidades locais estão sob sua custódia. Os registros fotográficos pertencem ao acervo fotográfico digital da Assessoria de Comunicação da Reitoria.



**Figura 11** – Composição da mesa que conduziu a 1ª Audiência Pública em Amajari  
Fonte: ASCOM/IFRR



**Figura 12** – Comunidade presente na 1ª Audiência Pública em Amajari  
Fonte: ASCOM/IFRR

Uma das balizas da gestão de documentos é a classificação documental e em seus estudos sobre este tema, Sousa (2014, p. 9) nos esclarece que “[...] a informação contida no documento de arquivo é resultado da atividade que o produziu”. Sob essa ótica, a oportunidade de se realizar uma pesquisa voltada ao contexto de um dos *campi* agrícolas do IFRR propiciou o conhecimento necessário da realidade da unidade de ensino escolhida, assim como contribuirá para o desenvolvimento e a implantação das políticas arquivísticas que deverão ser aplicadas no âmbito de toda a instituição.

A existência de conjuntos documentais organizados, preservados e disponíveis, preferencialmente em um arquivo, numa instituição de ensino, é essencial não só para a consulta pela administração, como também pelas comunidades escolar e externa (sociedade e pesquisadores), uma vez que os valores primário (administrativo) e secundário (comprobatório/histórico) dos documentos são norteadores às tomadas de decisões e também consubstanciam elementos constitutivos da sua memória e da sua história.

É nesse sentido a afirmação de Schellenberg (2002, p. 182):

um documento pode ser útil por vários motivos. O valor de um documento contém devido ao testemunho que oferece da organização e funcionamento da administração pode ocasionalmente ser o mesmo que o valor derivado de sua informação sobre pessoas, coisas ou fenômenos. (SCHELLENBERG, 2002. p. 182)

Considerando a posição geográfica na qual o CAM foi implantado, cercado predominantemente pelas etnias indígenas Macuxi e Wapixana, podemos perceber que houve uma preocupação pelos seus idealizadores em se aproximar ao máximo dessas comunidades que compõem um percentual de 53,33%<sup>4</sup> de seu alunato, visivelmente na concepção do projeto arquitetônico concêntrico do *campus*, cujo formato se assemelha a estrutura de uma aldeia, onde todos os blocos de edifícios circundam uma grande estrutura coberta, carinhosamente apelidada de “malocão”, que serve de área de convivência e, porque não dizer também de convergência, onde todos se encontram e compartilham experiências. No entanto, na busca por registros documentais da época da criação do *campus*, o que nos chamou a

<sup>4</sup> Fonte: reportagem publicada no site do IFRR –<<http://www.ifrr.edu.br/reitoria/noticias/19-de-abril-quase-12-dos-alunos-do-ifrr-sao-indigenas>> Acessado em 22 set 2018.

atenção é que não identificamos documentos que demonstrem enfaticamente as expressões culturais desses povos, suscitando em nós o desejo de encontrar mais registros que mostrassem um maior sentimento de pertença e valorização da cultura indígena, que deveriam e/ou devem constituir também a memória institucional do CAM.



**Figura 13** – Vista aérea do conjunto arquitetônico do CAM  
Fonte: ASCOM/IFRR

## 2.2 A história do tempo presente

A autorização para o funcionamento do *Campus Amajari* do IFRR foi através da Portaria Nº 1.366 do Ministério da Educação, publicada no Diário Oficial da União, em 6 dezembro de 2010. Dessa maneira podemos observar que, sob a ótica da história tradicional, sua trajetória é muito recente, no entanto, não significa que por esta razão mereça ser relegada ao passar do tempo para adquirir importância. É nesse sentido que emerge a abordagem da *história do tempo presente* como norte para esta pesquisa pois, como afirmou Bahia (2016, p. 39), a “análise da mudança e do acontecimento, acima de tudo é objeto da *história do tempo presente* procurando se antecipar à perda de elementos primordiais para a interpretação crítica dos fatos.”

A identificação dos registros documentais que precederam a fundação do CAM adicionada às perspectivas dos servidores envolvidos na implantação deste *campus* através das entrevistas realizadas nesta pesquisa, convergem com o pensamento deste mesmo autor ao afirmar que

*a história do tempo presente* também possa ser inserida: uma conexão em rede de seriadas ocorrências desembocando em um passado próximo, passível de aproximação por meio e não somente de fontes documentais, valorizando, também, as narrativas dos seus agentes. (BAHIA, 2016, p. 39)

Esse pensamento corrobora com Delgado e Ferreira (2013, p. 24) ao afirmarem que

a orientação que talvez deva prevalecer na definição temporal do tempo presente é a da presença ativa de sujeitos protagonistas ou testemunhos do passado que possam oferecer seus relatos e narrativas como fontes históricas a serem analisadas por historiadores. Ou seja, a existência de uma memória social viva é fundamental para definição dos recortes temporais e dos campos constitutivos da história do tempo presente. (DELGADO E FERREIRA, 2013, p. 24)



É nessa perspectiva que encontramos o embasamento que nos leva a enveredar para este novo olhar da história contemporânea, nos permitindo a trabalhar as fontes documentais e narrativas que emolduram o nascimento do CAM e seu impacto na região em que foi implantado.

Em sua tese, Bahia (2016, p. 34) nos contempla com uma reflexão interessante ao mencionar que

existe, inegavelmente, um lugar quase imperceptível para situar o momento presente e o instante passado, o chamado ‘passado imediato’. Temos condições para distinguir claramente aquilo que já faz parte de um conjunto de memória dos acontecimentos presentes a partir das experiências individuais e coletivas? (BAHIA, 2016, p. 34)

Acreditamos que a resposta a este questionamento é um dos grandes desafios desta pesquisa.

Iluminado pelo pensamento de Foucault (1979), Bahia (2016, p. 36) nos contempla com a ideia de que a “narrativa histórica se reveste de autoridade que permite acesso a fatos e acontecimentos decodificados por meio da linguagem. Dessa forma, a *história do tempo presente* pode também adquirir a validade científica das pesquisas documentais.”

De acordo com Delgado e Ferreira (2013, p. 24)

a história do tempo presente se dedica, na maioria das vezes, à pesquisa e à análise de experiências históricas específicas, espacialmente delimitadas e, portanto, pouco compatíveis com critérios universais e abrangentes de definições cronológicas. (DELGADO E FERREIRA, 2013, p. 24)

Nesse sentido, vislumbramos o quanto esse método de descrever a história recente de uma determinada instituição, como a do CAM, é viável e profícua, podendo contribuir substancialmente às gerações futuras com uma ideia bem próxima da realidade ocorrida, sem as interferências e subjetividades que podem incorrer quando são realizadas narrativas históricas tradicionais e descritas temporalmente distante dos fatos e acontecimentos ocorridos.

Utilizando-nos da perspectiva da história do tempo presente, adentramos no campo da memória como fundamento dessa pesquisa, onde nos propomos dialogar com a história e assim trazer à baila a trajetória histórica do CAM a partir dos seus registros documentais e narrativas de sujeitos que a construíram e/ou testemunharam. Isto posto, encontramos no pensamento do historiador francês Pierre Nora (1993, p. 15) o entendimento de que

nenhuma época foi tão voluntariamente produtora de arquivos como a nossa, não somente pelo volume que a sociedade moderna espontaneamente produz, não somente pelos meios técnicos de reprodução e de conservação de que dispõe, mas pela superstição e pelo respeito ao vestígio. À medida em que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi, como se esse dossiê cada vez mais prolífero devesse se tornar prova em não se sabe que tribunal da história. (NORA, 1993, p. 15)

Continuemos ainda inspirados nas ideias de Nora (1993, p. 15) que ao comentar sobre o que ele considera “produtivismo arquivístico” afirma que o que consideramos memória “é, de fato, a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível

lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de nos lembrar.” Com isto reforçamos nossa compreensão do quão significativo é o papel dos registros documentais na construção da memória institucional e que a preservação e conservação desse patrimônio é essencial para o seu legado histórico. Para o historiador (1993, p. 9), “a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução (...). A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais.”

### 2.3 Metodologia da pesquisa

Encontramos no entendimento de Torres (2018, p. 18) uma adequada definição sobre a importância do método de pesquisa, quando ela assinala que

o método significa estabelecer um caminho a ser percorrido com rigor e regras. Mas não é somente isso, as diferentes concepções da realidade determinam o procedimento a ser adotado. A aplicação de um determinado método sem combinar teoria, princípios e técnicas de investigação torna-se um instrumento mecânico e acrítico, prejudicando a análise da realidade a ser observada e, portanto, dos resultados obtidos. (TORRES, 2018, p. 18)

Neste mesmo sentido Minayo (2003, p. 16-18), ressalta que a metodologia de pesquisa é “o caminho do pensamento a ser seguido. Ocupa um lugar central na teoria e trata-se basicamente do conjunto de técnicas a ser adotado para construir uma realidade”.

Em contraponto à metodologia de pesquisa convencional, defendida por Francis Bacon (Séc. XVII) em seu método empírico indutivo, o qual se fundamenta basicamente na observação, na formulação de leis e na confirmação destas mesmas, a pesquisa qualitativa surgiu como uma forma de abordagem metodológica alternativa, e, segundo Martins (1994, p. 4), “os conceitos sobre os quais as ciências humanas se fundamentam, num plano de pesquisa qualitativa são produzidos pelas descrições. A descrição constitui, portanto, uma importância significativa no desenvolvimento da pesquisa qualitativa.”

Este entendimento também é compreendido por Richardson (1985, p. 80) quando ele afirma que

a pesquisa qualitativa, por sua vez, descreve a complexidade de determinado problema, sendo necessário compreender e classificar os processos dinâmicos vividos nos grupos, contribuir no processo de mudança, possibilitando o entendimento das mais variadas particularidades dos indivíduos. (RICHARDSON, 1985, p. 80)

A abordagem teórica qualitativa se desenvolveu ao decorrer desta pesquisa por meio estudos/levantamentos realizados nos registros documentais, em material bibliográfico e, principalmente, na aplicação e na análise de entrevistas com as pessoas envolvidas no processo de criação do *campus* em estudo.

Para Silva *et al.* (2009, p. 4556), “todo esse trabalho com os documentos é compreendido em dois momentos distintos: o primeiro de coleta de documentos e outro de análise do conteúdo”, dessa maneira evidenciando os primeiros passos que iniciaram esta pesquisa. Esses mesmos autores argumentam que

no âmbito da abordagem qualitativa, diversos métodos são utilizados de forma a se aproximar da realidade social, sendo o método da pesquisa documental aquele que busca compreendê-la de forma indireta por meio da análise dos inúmeros tipos de documentos produzidos pelo homem. (SILVA *et al.*, 2009, p. 4556)

Sendo assim, realizou-se visitas ao *Campus Amajari* do IFRR, nosso *locus* da pesquisa, com o intuito de verificar quais e quantos documentos arquivísticos existem lá, que contivesse as informações ligadas à fundação, existência e conservação daquele *campus*, como as atas de audiências, relatórios, e outros documentos que pudessem compor o cenário que se desejava investigar, tendo em vista que, conforme afirma Silva *et al* (2009, p. 4557), “estudar documentos implica fazê-lo a partir do ponto de vista de quem os produziu, isso requer cuidado e perícia por parte do pesquisador para não comprometer a validade do seu estudo.”

Como encontramos apenas um tipo de registro documental originalmente relacionado ao período a que nos propusemos trabalhar nesta pesquisa, que foram as atas das audiências públicas, procuraremos a partir delas elencar os possíveis sujeitos que tiveram participação na Comissão responsável pela organização e constituição da então chamada Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) do Município de Amajari, os quais foram submetidos às entrevistas, para que fosse possível colher o maior número de informações que viabilizassem o cumprimento dos objetivos a que este trabalho se propôs.

De acordo com os conceitos de Gehardt e Silveira (2009), o presente trabalho pode ser classificado quanto à abordagem uma pesquisa qualitativa, quanto à sua natureza uma pesquisa aplicada; considerando seus objetivos é uma pesquisa descritiva e levando-se em conta os seus procedimentos caracteriza-se como uma pesquisa documental.

O conteúdo das atas de audiências públicas originais, caracterizou-se como nossa fonte primária da pesquisa e como fonte secundária as entrevistas semi estruturadas com os servidores técnicos e docentes que integraram a comissão constituída para viabilizar os estudos, criação e implantação do *Campus Amajari*.

Para a realização das entrevistas, foi estabelecido um roteiro prévio com oito questões, com o intuito de conhecer as perspectivas e percepções dos sujeitos que atuaram na comissão responsável pela implantação do CAM. A escolha destes sujeitos se deu pela razão de que esta comissão trabalhou na organização das três audiências públicas, ocorridas nas localidades que seriam diretamente atendidas pela nova UNED do IFRR, com o objetivo de coletar as sugestões, anseios e demandas das comunidades, seus líderes e agentes políticos locais e estaduais, assim como também pelo fato de a maioria ainda pertencer ao quadro de servidores ativos do IFRR e, mesmo os poucos que já se encontram inativos, permanecem em constante contato com a instituição.

Uma vez escolhidos os sujeitos, procurou-se contatá-los, inicialmente por meio de correio eletrônico, posteriormente por aplicativo de comunicação via celular (*WhatsApp*), a ideia inicial era entrevistar a todos os doze membros que constituíram a comissão, no entanto, apesar das inúmeras tentativas de contato, efetivamente apenas seis contribuíram com suas respostas. Os outros dois sujeitos integravam a gestão da instituição. A demora de retorno por parte de alguns sujeitos, assim como a dificuldade de encontrar tempo e disponibilidade para agendar e realizar as entrevistas, foi necessário uma abordagem que facilitasse a coleta das informações por meio de correio eletrônico, através do qual encaminhamos o roteiro da entrevista a cada entrevistado, assim como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e dessa maneira obtivemos um retorno mais eficaz e imediato, possibilitando a compilação das respostas com mais agilidade.

De posse das informações coletadas com os membros que se dispuseram se submeter às entrevistas surgiram, de forma espontânea, indicações de novos sujeitos que poderiam contribuir e enriquecer as narrativas do período em investigação. Isso nos possibilitou contatar alguns novos atores, que também fizeram parte da implantação do CAM, porém, essas contribuições foram obtidas por meio de conversas informais, sem a utilização do roteiro utilizado nas entrevistas do grupo principal de entrevistados. No entanto foram informações

muito importantes, que foram aproveitadas e inseridas na pesquisa, mas não tabuladas como as do grupo principal.

Os dados coletados foram compreendidos por meio de análise de uma análise estruturada a partir de categorias, que segundo Bardin (2011, p. 48) é:

um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens. Pertencem, pois, ao domínio da análise de conteúdo todas as iniciativas que, a partir de um conjunto de técnicas parciais mais complementares, consistam na explicitação e sistematização do conteúdo das mensagens e da expressão deste conteúdo, com o contributo de índices passíveis ou não de quantificação, a partir de um conjunto de técnicas, que, embora parciais, são complementares. (BARDIN, 2011, p. 48)

Para auxiliar no processo de análise de conteúdo em algumas respostas da entrevista, foi utilizado o recurso *Word Cloud Generator*, do *site* Google Docs, para demonstrar a frequência de palavras e facilitar a categorização e visualização dos referidos dados, através da técnica conhecida como “nuvem de palavras”.

Como fundamentação teórica para realização deste estudo foram consultados autores que pesquisam os temas centrais como “memória”, “história”, “história do tempo presente” e “documento arquivístico”, tais como Jacques Le Goff, Michel Foucault, Renato T. B. de Sousa, José Maria Jardim, Heloísa Liberalli Bellotto, entre outros, assim como a legislação brasileira, como a Lei nº 11.892/2008 (criação da Rede Federal) e a Lei 8.159/1991 (sobre a política nacional de arquivos públicos e privados) que implicam diretamente no objeto central desta pesquisa.

### 3 FONTES E FATOS: DADOS COLETADOS

Neste capítulo, nos propomos a apresentar e analisar as informações encontradas nos documentos físicos que remetem ao processo de implantação do *Campus* Amajari e também nos elementos de memória relatados a partir das entrevistas com os membros da comissão responsável pela organização do referido processo, com o intuito de revisitar e contextualizar esse período da história recente do *Campus* Amajari e do IFRR.

#### 3.1 O arquivo – uma implementação possível

Desde nossa chegada, como servidor ao IFRR, não passou despercebida a visível insipiência da organização e cultura de preservação dos registros documentais da instituição e, sem demora, notamos que essa é uma prática que se repete na maior parte dos órgãos públicos de nosso jovem estado, o que nos causou grande estranheza inicialmente pois, naturalmente procedemos de uma região de grande tradição arquivística no país, bem como detentora de muitos anos de história registrada e documentada. Enquanto nas regiões sul e sudeste a maioria dos municípios possui arquivos públicos ou, ao menos, pequenos centros de documentação, onde podemos encontrar registros documentais, bibliográficos e museológicos, voltados à preservação da sua memória e sua história, constatamos que no estado de Roraima este cuidado por parte das instituições públicas, infelizmente, está bem deficitário.

No entanto, é importante destacarmos que há uma preocupação com a guarda desses registros documentais, beirando ao acúmulo demasiado por parte de algumas instituições. Observamos a falta real, e para isso chamamos a atenção, de uma possível gestão arquivística, organização técnica e, principalmente, preservação, conservação e difusão desses acervos à pesquisa. Sob esse prisma Jardim (1995, p. 7) faz a seguinte observação:

As instituições arquivísticas públicas brasileiras apresentam aspectos comuns no que se refere às suas características fundamentais. Trata-se de organizações voltadas quase exclusivamente para a guarda e acesso de documentos considerados, sem parâmetros científicos, como de valor histórico, ignorando a gestão de documentos correntes e intermediários na administração que os produziu. (JARDIM, 1995, p. 7)

Constatamos que a falta de profissionais formados em arquivologia é um dos fatores que colaboraram para o atual estado dos acervos documentais em Roraima. Felizmente, há pessoas que, mesmo sem o conhecimento técnico, reconhecem a importância da organização dos documentos para qualquer instituição, seja ela pública ou privada, ainda assim, há muitos registros a serem organizados, tratados e disponibilizados. O IFRR, com sua trajetória já mencionada anteriormente, é uma destas instituições que sempre teve gestores e servidores comprometidos com sua memória institucional e não se furtaram à responsabilidade de guardar, de alguma forma, seus documentos mais relevantes.

Ao nos debruçarmos sobre esta pesquisa, tomamos conhecimento dos primeiros registros que serviram como subsídios para a implantação da então chamada Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) de Amajari, que são as Atas das Audiências Públicas. A partir desses documentos, identificamos que, para a realização dessas reuniões com as comunidades locais, foi criada uma comissão composta por servidores do CEFET, com o

objetivo de organizar esses encontros para ouvir e registrar os anseios da população local e seus líderes comunitários e políticos.

Como nossa intenção também é revisitar os momentos que precederam a criação do *Campus* Amajari, com a finalidade de contextualizar o seu surgimento, a partir de uma narrativa indenitária própria, encontramos na representatividade dos membros da referida comissão e nos gestores da época, os principais sujeitos da pesquisa, que certamente poderiam contribuir com suas memórias, na reconstrução daquele período tão importante para a região do município de Amajari e do CEFET, hoje IFRR, em plena expansão à época.

É nesse sentido que a percepção de Pierre Nora (1993, p. 9), no que diz respeito à memória, se enquadra ao nosso entendimento de que

A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica. (NORA, 1993, p. 9)

A comissão organizadora das audiências públicas foi composta por onze membros docentes e uma técnica do quadro efetivo do então Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima (CEFET-RR), hoje *Campus* Boa Vista, nomeados pela Portaria Nº 241/2008, com a “finalidade de coletar informações que subsidiarão a proposta pedagógica do curso a ser ofertado pela Unidade de Ensino Descentralizada de Amajari”.

Os principais registros documentais encontrados no acervo arquivístico do CAM que contemplam o período de implantação da UNED Amajari são as três Atas das Audiências Públicas. Estes documentos consistem no registro das reuniões realizadas com a equipe gestora, a comissão organizadora, representante do Ministério da Educação, prefeito municipal de Amajari, parlamentares, líderes comunitários, tuxauas (líderes indígenas) e comunidade em geral, com o objetivo de consultar os munícipes as suas expectativas e demandas de cursos que esperavam da nova UNED do CEFET-RR.

Basicamente, o teor desses documentos é composto por um breve histórico do município de Amajari, com dados socioeconômicos da região à época, objetivo do evento, relação das principais autoridades, servidores do CEFET-RR e líderes comunitários presentes na assembleia. Antes do texto propriamente dito da ata, ainda consta um item denominado “Cerimonial de Abertura” onde está descrito resumidamente o entendimento do que é uma UNED do CEFET-RR, sobre o MEC/SETEC ter escolhido o município para sediar mais uma unidade do CEFET-RR, bem como o aceite do prefeito e providências relacionadas à doação do terreno para as futuras instalações da UNED. A partir daí, como já mencionado, o texto apresenta o registro das falas das autoridades e pessoas da comunidade que se manifestaram, com questionamentos, opiniões e sugestões para a implantação dos cursos da nova UNED.

A primeira audiência pública ocorreu em 10/05/2008, nas dependências da Escola Estadual Ovídio Dias de Souza, na sede do município e contou com a presença de mais de setenta pessoas. Atendeu-se ao pedido da comunidade na proposta de se fazer mais audiências, em outras localidades do município e então, nos mesmos moldes da primeira. Uma segunda, direcionada basicamente para as comunidades indígenas, ocorreu em 18/04/2009 nas dependências da Escola Santa Luzia, na comunidade de Três Corações, com mais de quatrocentas pessoas presentes. A terceira e última, realizada em maio de 2009, direcionada às comunidades dos assentamentos rurais, aconteceu na quadra de esportes

coberta na localidade Vila do Trairão e contou com a presença de cento e setenta participantes.

Um fato importante, que não podemos deixar de observar, é que embora a equipe gestora e comissão organizadora das audiências públicas tenham permanecido as mesmas, são nítidas as mudanças ocorridas na formatação do documento em si, se compararmos a primeira com a segunda ata. Isso porque ao final do ano de 2008 foi promulgada a Lei 11.892 que transformou os CEFETs em IFs e as UNEDs em *campi*. A partir daí as nomenclaturas “Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima” e “*Campus Amajari*” passam a ser utilizadas.

É nesse sentido que no âmbito da Arquivologia se evidencia o princípio da organicidade dos documentos que Bellotto (2014, p. 4) apontou, com maestria, ao esclarecer que é “o princípio pelo qual as relações administrativas orgânicas se refletem nos conjuntos documentais. É a qualidade segundo a qual os arquivos espelham a estrutura, a suas funções e as atividades da entidade produtora/acumuladora em suas relações internas e externas”.

Considerando que o principal propósito das audiências públicas era ouvir as comunidades locais com o intuito construir em conjunto um plano pedagógico e procurar ofertar cursos que atendessem suas demandas, observamos nos registros documentais que os gestores da época sempre enfatizaram ser o propósito do IFRR a implantação de um *campus* voltado para cursos da área agrícola. Ainda assim, muitas comunidades – de modo especial as indígenas – apresentaram o desejo de cursos voltados para as áreas da saúde (técnico de enfermagem) e informática.

### **3.2 As narrativas orais – uma aproximação possível**

A abordagem da história do tempo presente está intrinsecamente ligada à história oral e, neste sentido, segundo Nunesmaia *et al* (2013, p. 5) a “essência da história oral é o sentido do passado no presente imediato das pessoas, um sentido social à vida de depoentes e leitores, que passam a entender a sequência histórica e a sentir-se parte do contexto em que vivem.” Nesse sentido, percebemos o quão significativo é contextualizar um determinado momento da nossa história recente com os relatos dos atores e seus testemunhos ainda vívidos nas lembranças, complementando as informações dos registros documentais, que muitas vezes enrijecidos pelo formato e rigor formal do conteúdo que precisam ser produzidos, deixam passar despercebidas.

Embora seja considerada uma prática tão antiga quanto à própria História, haja vista que, antes mesmo da escrita, ela se perpetuava pelos séculos a partir das narrativas orais, a história oral e a própria história do tempo presente, são consideradas dentro da historiografia, como correntes recentes, consolidadas a partir do final do século passado.

Nas últimas décadas do século XX, registraram-se transformações importantes nos diferentes campos da pesquisa histórica. Revalorizou-se a análise qualitativa resgatou-se a importância das experiências individuais, ou seja, deslocou-se o interesse das estruturas para as redes, dos sistemas de posições para as situações vividas, das normas coletivas para as situações singulares. Paralelamente, ganhou novo impulso a história cultural, ocorreu um renascimento do estudo do político e incorporou-se o estudo do contemporâneo. (FERREIRA, 2002, p. 319)

A autora continua sua explanação a respeito da história oral afirmando e complementando as muitas possibilidades que esse possível meio de observar, analisar e

interpretar a história proporciona e muito corrobora com aquilo que nos propusemos nesta pesquisa:

O aprofundamento das discussões acerca das relações entre passado e presente na história, e o rompimento com a ideia que identificava objeto histórico e passado, definido como algo totalmente morto e incapaz de ser reinterpretado em função do presente, abriram novos caminhos para o estudo da história do século XX. Por sua vez, a expansão dos debates acerca da memória, suas relações com a história como objeto de pesquisa pode oferecer chaves para uma nova inteligibilidade do passado. (FERREIRA, 2002, p. 320)

Contudo, embora atualmente a abordagem da história do tempo presente esteja cada vez mais consolidada, Bahia (2016) nos alerta para algumas “fraquezas inerentes à pesquisa com o tempo presente” ao assegurar que:

O pesquisador precisa conhecer o terreno onde está inserido, pois o afunilamento dos prismas – do macro ao micro, do social ao individual, do global para o particular – pode levá-lo a um panorama em forma de mosaico, dificultando cada vez mais o sentido integrador da pesquisa. (BAHIA, 2016, p. 35)

Por esse ângulo confiamos que o caminho seguido como rumo metodológico para o desenvolvimento desta pesquisa não incorreu nestes percalços apontados pelo autor, pois, a nosso favor, está nossa completa inserção no ambiente da pesquisa, uma vez que todo o conhecimento advindo, seja dos registros documentais, seja das narrativas dos nossos entrevistados, são informações extremamente importantes para nosso trabalho enquanto arquivista da instituição.

Sendo assim, estabelecemos um roteiro de entrevista com questões que nos propiciasse compreender melhor, a partir da percepção dos entrevistados, o contexto daquele período. Procuramos também, a partir das respostas, redesenhar o cenário daquele momento, que nos possibilitasse registrar como suas lembranças individuais enxergaram a constituição do CAM, somando às informações arquivísticas descritas nos documentos oficiais, para uma possível recuperação mais abrangente da fundação com *Campus Amajari*.

Dos doze membros que compuseram a comissão, conseguimos entrevistar seis integrantes e dois gestores da administração da época, totalizando oito entrevistados – nesta pesquisa cada um foi identificado com uma letra do alfabeto, lhes assegurando assim o anonimato – que, muito gentilmente, compartilharam suas memórias daquele período tão importante para a instituição, para a comunidade do município de Amajari e região norte do estado, como podemos notar na resposta do nosso sujeito B quando questionado sobre qual a importância da criação do *Campus Amajari* para a região e para o IFRR:

*[...] representou um marco histórico para a instituição e para a educação profissional, posto que, do ponto de vista institucional foi a comprovação da efetivação de uma política pública de educação profissional, por meio de sua expansão para poder melhor atender à população da região norte do Estado, ampliando sua capacidade de oferta de oportunidades educacionais e de formação profissional à população.*

Essa percepção foi unânime entre os demais entrevistados, que em geral destacaram o poder transformador e o inegável desenvolvimento social e econômico da região, como também afirmou o sujeito H:



*A importância do Campus Amajari, que nós nominamos 'CAM' foi fundamental para o desenvolvimento de Amajari, pois provocou e vem provocando impactos positivos para o seu desenvolvimento, mas a contribuição dele para o desenvolvimento local foi de suma importância como também para a mesorregião no qual o município de Amajari está inserido.*

Percebemos, por meio dos relatos dos entrevistados, que a implantação do *Campus Amajari* extrapolou os aspectos relacionados ao desenvolvimento econômico e social do município e região pois, também foram observadas transformações em outros aspectos como destaca nosso sujeito G:

*A presença de professores com uma qualificação bastante elevada, doutores, mestres, e pessoas com vivências em outras realidades também foi determinante, está sendo determinante, porque impacta nas outras redes de ensino, na rede estadual, na rede municipal. Logo quando implantado o CAM permaneceu um bom tempo numa escola estadual, e essa coexistência foi muito interessante porque gerou uma integração, que persiste até hoje em diversos aspectos.*

Nesse mesmo entendimento nosso entrevistado H aponta outro aspecto transformador que a implantação do CAM trouxe e contribui significativamente para a região:

*O Campus Amajari vem contribuindo para a elevação da conscientização das pessoas quanto a questão ambiental pois, em todos os seus cursos tem conteúdos voltados à formação de competências para a questão ambiental e todos eles são voltados para o desenvolvimento regional sustentável.*

Podemos notar o quão interessante é perceber, nas falas dos entrevistados, que embora o propósito desta pesquisa seja revisitar os primeiros tempos do surgimento do *Campus Amajari*, por se tratar de um período cronologicamente muito recente, bem como porque muitos ainda encontram-se atuando profissionalmente no IFRR, há uma constante aproximação com a realidade atual, em que a consolidação e as efetivas transformações ocasionadas pela implantação do CAM são percebidas.

Neste sentido, Delgado e Ferreira (2013, p. 24) esclarecem:

*Essas são questões que o pesquisador do tempo presente não pode desconsiderar, pois decorre dessas peculiaridades a dificuldade para estabelecer critérios precisos para definir o que é um passado recente. A questão geracional demonstra bem a dimensão dessa dificuldade. Ou seja, se a definição cronológica do tempo presente for geracional, o tempo pode se alargar um pouco mais, pois pessoas de gerações diferentes convivem na dinâmica da história e deixam sua marca nas relações sociais, culturais, políticas e econômicas constitutivas do próprio processo histórico e do tempo do seu viver. (DELGADO e FERREIRA, 2013, p. 24)*

Quando questionados sobre como se encontrava o cenário político e econômico, à época da implantação do CAM, a maioria dos entrevistados lembrou que foi um período de bastante prosperidade, recursos financeiros satisfatórios, pois vivíamos o auge da expansão da rede federal de educação, como podemos perceber nas falas dos sujeitos A e E citadas, respectivamente, a seguir:

*Muito bom em que se encontrava na fase de expansão dos Institutos Federais com a criação da Lei Nº 11.892 DE 29\12\2008. Um governo*

*buscando os avanços sociais, revolucionando com o ensino profissional em todo país com compromisso político e com a democracia.*

*Lembro que o cenário político estava muito favorável aos Institutos. O Governo Federal tinha como uma de suas metas, a implantação de Institutos Federais e com eles os Campi para levar aos mais diversos municípios um ensino técnico profissional. Nossos gestores foram muito competentes, procuraram fazer um estudo de viabilidade e implantaram novos Campi, entre eles, o Campus Amajari. O município e o Estado mostraram muito interesse e abraçaram a ideia e entraram como parceiros.*

Esses pontos comuns repetidos nas respostas das entrevistas reafirmam o que Michel Pollack (1989, p. 2) inferiu sobre a construção da memória:

É como se, numa história de vida individual – mas isso acontece igualmente em memórias construídas coletivamente - houvesse elementos irreduzíveis, em que o trabalho de solidificação da memória foi tão importante que impossibilitou a ocorrência de mudanças. Em certo sentido, determinado número de elementos torna-se realidade, passam a fazer parte da própria essência da pessoa, muito embora outros tantos acontecimentos e fatos possam se modificar em função dos interlocutores, ou em função do movimento da fala. (POLLACK, 1989, p. 2)

### **3.3 O Campus Amajari / IFRR pelas fontes**

Ao analisarmos os registros documentais que embasaram a concepção do *Campus Amajari* e as narrativas de nossos sujeitos, que foram agentes diretos desse processo de implantação, situamos os elementos constitutivos para compor uma possível trajetória histórica do CAM, cuja proposta, passamos a identificar a partir da análise dos dados coletados nesta pesquisa.

Primeiramente, encontramos, no acervo de documentos do CAM, as Atas das Audiências Públicas, que trouxeram à baila os anseios e expectativas das comunidades do município de Amajari com relação aos cursos que seriam ofertados pela nova unidade de ensino do então CEFET-RR. No momento, foram ouvidos os membros de três grupos distintos: os representantes da sede do município, as principais lideranças das comunidades indígenas de diferentes etnias e alguns habitantes dos assentamentos agrícolas locais.

Consta na ata da primeira audiência pública realizada na sede do município em maio de 2008, o seguinte resultado:

De acordo com os pronunciamentos da comunidade percebeu-se que os cursos de maior interesse pela ordem são os seguintes: Em primeiro, o curso técnico em agropecuária; segundo, de saúde (enfermagem); terceiro, turismo; em quarto, educação. Foram sugeridos também os cursos na área de Zootecnia, Informática, Agronomia, Veterinária, Agronegócio e atendimento para EJA.

Nos registros da ata da segunda audiência pública, ocorrida em abril de 2009, os cursos com maior interesse pelas quatorze comunidades indígenas representadas foram descritos no formato de uma tabela, onde constavam quatro colunas, nas quais foram apontados os campos “comunidade”, “cursos”, “forma de ingresso” e “perfil dos candidatos”. É interessante observar que nesta audiência pública a comissão organizadora não somente elencou os cursos que cada comunidade tinha interesse, como também ouviu, de suas

lideranças, os critérios de como seriam selecionados os alunos e quais perfis que os jovens deveriam ter para receberem permissão para frequentar os cursos. Pela ordem dos mais votados, foram escolhidos, em primeiro lugar, o curso técnico de enfermagem, em segundo o técnico em agronomia, em terceiro técnico em veterinária e o quarto o de técnico em turismo. No entanto, se considerarmos o campo semântico, o curso técnico em agronomia se torna o primeiro, haja vista que foram sugeridos também os cursos de técnico agrícola, de agronegócio, de agropecuária e de piscicultura. Quanto ao que se refere ao critério de seleção dos alunos, a maioria das comunidades sugeriu que os alunos fossem indicados pelas comunidades e que os mesmos tivessem o perfil de “comprometidos e participativos na comunidade”.

Convém ressaltar que embora haja um percentual de 53,33%<sup>5</sup> alunos indígenas, o CAM não é considerado uma “escola indígena”, no entanto, as comunidades desde o início receberam atenção especial e sempre houve, por parte da direção do CAM e do IFRR, a preocupação em desenvolver políticas de acesso e ações afirmativas que propiciassem a entrada e permanência desses alunos.

A ata da terceira audiência pública, realizada com a comunidade dos produtores rurais dos assentamentos, ocorreu em maio de 2009. Os cursos com maior interesse foram também registrados no formato de uma tabela, onde constam três colunas, identificadas com os seguintes campos: “vila”, “representante” e “cursos”. Pela ordem dos cursos mais votados o primeiro escolhido foi o de técnico em turismo, o segundo técnico em enfermagem e o terceiro o de técnico em informática. Todavia, se considerarmos o campo semântico, o curso técnico em agronomia se torna o primeiro, haja vista que apareceram sugestões como técnico agrícola, de agronegócio e de agropecuária. Já o técnico de enfermagem permanece em segundo, mesmo considerando as áreas sugeridas no campo semântico como saúde, técnico em nutrição, radiologia e higiene dentária. Interessante perceber que neste grupo houve uma demanda bem considerável de cursos de nível superior, sendo os mais votados: as diversas licenciaturas, medicina, direito, veterinária, agronomia e engenharia civil.

Considerando o que foi registrado nas atas das três consultas públicas que precederam a implantação do CAM, podemos inferir que a concepção de um *campus* agrícola no município de Amajari, atenderia de forma ampla e satisfatória as demandas das comunidades locais e regionais, tanto dos cidadãos indígenas e não-indígenas, contemplando os princípios democráticos que inspiraram e motivaram a criação dos Institutos Federais e a expansão da Rede Federal de Ensino:

São esses arranjos que permitem a construção da autonomia de cada unidade, sustentada na participação de todos os atores envolvidos no processo educacional. Naturalmente, isso não significa falta de direção, mas, sim, a possibilidade de que o projeto pedagógico seja permeado pela vida concreta de cada comunidade, possibilitando diferentes abordagens mediante uma construção coletiva pela comunidade escolar. (PACHECO, 2011, p. 9)

No que tange às informações obtidas nas entrevistas com os principais atores da comissão responsável pela organização das audiências públicas, procuramos realizar a análise de conteúdo, preconizada por Bardin (2009) procurando extrair e compreender as informações obtidas a partir da análise lexicográfica, análise de enunciação e análise categorial.

Os dados obtidos foram tabulados, agrupados e classificados em frequência simples e percentuais. Cada questão da entrevista teve as categorias expressas em forma de gráfico ou nuvem de palavras.

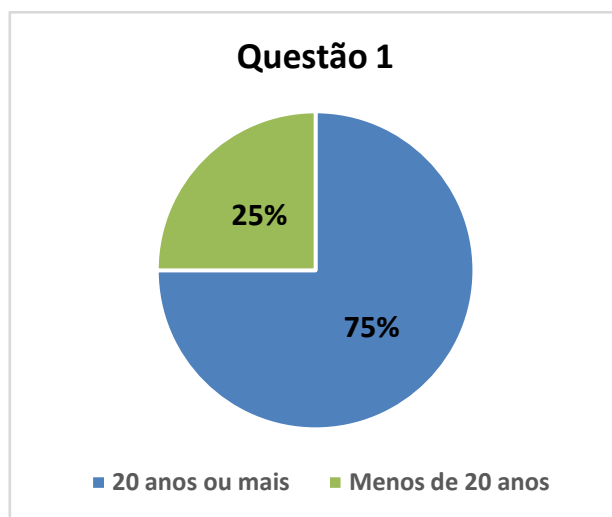
---

<sup>5</sup> Dados da Plataforma Nilo Peçanha <<https://www.plataformanilopecanha.org>>

Em decorrência das dificuldades de se encontrar tempo disponível para se realizar as entrevistas de forma tradicional, isto é, frente a frente, utilizamos, por sugestão dos próprios entrevistados que se dispuseram responder às questões, encaminhar o roteiro das entrevistas via *e-mail* e também via aplicativo de mensagens por celular, o *WhatsApp*. Dessa forma, conseguimos em tempo ágil obter as respostas necessárias para a análise, onde os entrevistados comodamente, em seu tempo livre, responderam, alguns por escrito outros por gravações de áudio, que posteriormente foram transcritas. Convém lembrar que, mesmo com todas essas alternativas possíveis de realizarmos as entrevistas, não obtivemos o retorno de todos os doze membros da comissão, apenas de seis integrantes e dois gestores da época, totalizando oito entrevistados.

Em encontros *a posteriori* foi entregue e assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) a cada entrevistado.

A primeira questão da entrevista foi a respeito de quanto tempo o entrevistado trabalha no IFRR. As respostas estão representadas no seguinte gráfico:



**Gráfico 1** – Percentuais das respostas à Questão 1

Com base nas respostas à primeira questão, agrupamos em duas categorias, sendo que a primeira com maior frequência “**20 anos ou mais**” obteve 75%, não se levou em consideração se o entrevistado se encontra na ativa ou aposentado. A segunda categoria estabelecida foi a de “**Menos de 20 anos**”, com 25% dos entrevistados, isto é, apenas dois trabalham no IFRR há menos que duas décadas, mas mesmo assim podemos afirmar que já se encontravam na instituição e acompanharam de perto a implantação do CAM<sup>6</sup>, todos com uma vasta experiência e atividades laborais no âmbito do IFRR.

Prosseguindo à entrevista perguntamos aos nossos sujeitos da pesquisa sobre sua opinião a respeito da importância da criação do *Campus* Amajari para a região e para o IFRR. A partir das respostas identificamos três categorias, denominadas “**Expansão**”, “**Transformação**” e “**Oportunidade**”, nas quais levamos em consideração a frequência da repetição das ideias encontradas no mesmo campo semântico do que foi estabelecido como categoria.

Por “**Expansão**” entendemos que nossos entrevistados vislumbram a expansão da Rede Federal de Ensino como um dos maiores acontecimentos daquele momento, tendo em

<sup>6</sup>Oficialmente o Campus Amajari passou a existir a partir da Portaria Nº 1.366, do Ministério da Educação, em 6 de dezembro de 2010.

vista em que o Governo Federal da época, estava no auge da segunda fase da política de ampliação dos Institutos Federais, direcionando às cidades do interior do país escolas de alto padrão educacional, até então inimagináveis às pequenas cidades interioranas, como podemos observar na fala do nosso sujeito D:

*O CAM foi implantado na segunda fase do processo de expansão da rede federal de educação, funcionando num primeiro momento na Escola Estadual Ovídio Dias até a inauguração do prédio próprio.*

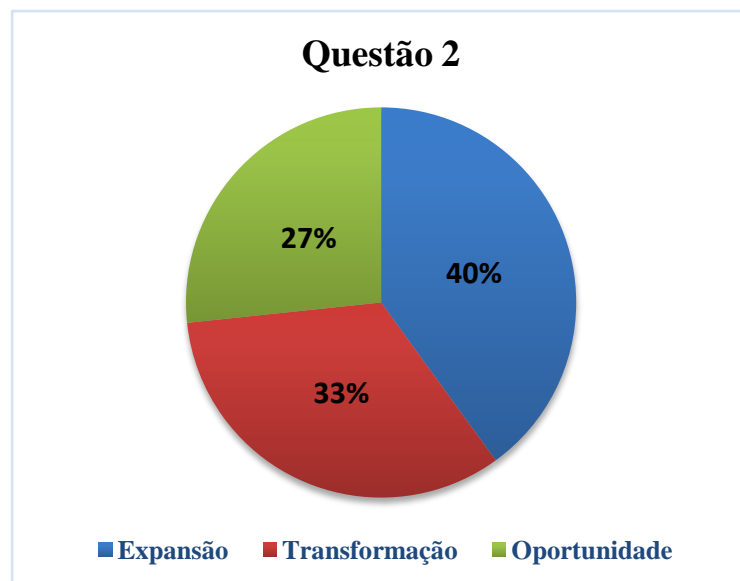
“**Transformação**” é a segunda categoria estabelecida em decorrência da evidente revolução ocorrida nesses pequenos municípios, como Amajari, onde o simples iniciar de obras gerava empregos imediatos, assim como movimentação da economia local e desenvolvimento dos comércios, dos serviços, do mercado imobiliário e do turismo. Esta categoria abrange também o papel transformador de mentalidades, visto que educação profissionalizante e tecnológica impacta consideravelmente a vida não só dos estudantes como também de suas famílias, como salientou nosso sujeito B:

*[...] O que pode se revestir na única oportunidade de mudança, transformação social e superação ou amenização das desigualdades para os sujeitos do lugar, por meio do acesso ao conhecimento, à ciência e à tecnologia.*

A terceira categoria constituída foi denominada “**Oportunidade**” porque abrange, segundo nossos entrevistados, grandes aspectos como a capacitação, possibilitando o crescimento individual e coletivo a partir da aquisição de uma educação de qualidade, de especialização técnica, de ampliação de perspectivas de trabalho, de sonhos e esperança um de futuro melhor, como enfatiza nosso sujeito E:

*Assim os jovens de Amajari e comunidades próximas tem a oportunidade de realizar seus sonhos e de seus familiares, cursando um curso técnico. Para o IFRR, e uma missão cumprida e realizada com mais uma unidade de ensino. Assim nosso IFRR ganha ainda mais espaço no Estado de Roraima.*

Considerando então as categorizações já explicitadas nessa segunda pergunta, foi possível obter o seguinte o gráfico:



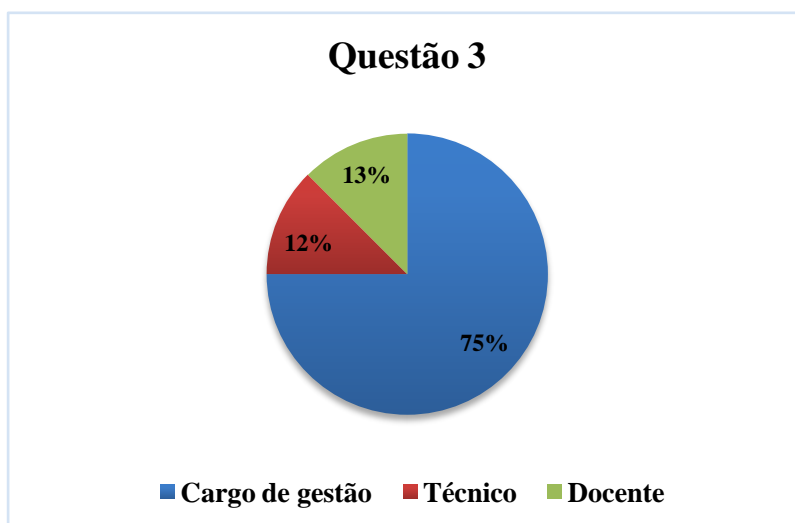
**Gráfico 2** – Percentuais das respostas à Questão 2

Na dimensão das repostas a este segundo questionamento constatamos que entre nossos entrevistados a “Expansão” da Rede Federal de Ensino obteve o maior percentual, isto é, 40%. É conveniente ressaltar que embora a proporção de 6 no universo de 8 *a priori* deveria demonstrar um percentual maior, todavia o gráfico expressa a frequência não apenas de uma única categoria a cada entrevistado, uma vez que um entrevistado pode ter apontado mais de uma categoria na mesma resposta. Sendo assim entre 5 dos 8 entrevistados a categoria “Transformação” foi apontada como a segunda em evidência, com 33%, ficando a categoria “Oportunidade” com 27%, ou seja, dos 8 entrevistados 4 se referiram à esta categoria.

Com o intuito de verificar o grau de envolvimento do entrevistado no processo de implantação do CAM, haja vista a heterogeneidade dos servidores envolvidos – docentes, técnicos, gestores - realizamos a terceira pergunta, na qual indagamos quais as atividades e funções desenvolvidas/desempenhadas durante o processo de implantação do *Campus Amajari*. A análise das respostas nos permitiu elencar três categorias que foram denominadas: “Cargo de gestão”, “Técnico” e “Docente”. É importante destacar que esta categorização foi assim elaborada por questões éticas, para assegurar o anonimato dos entrevistados, razão pela qual não ilustraremos com nenhuma das respostas dos entrevistados nesta análise.

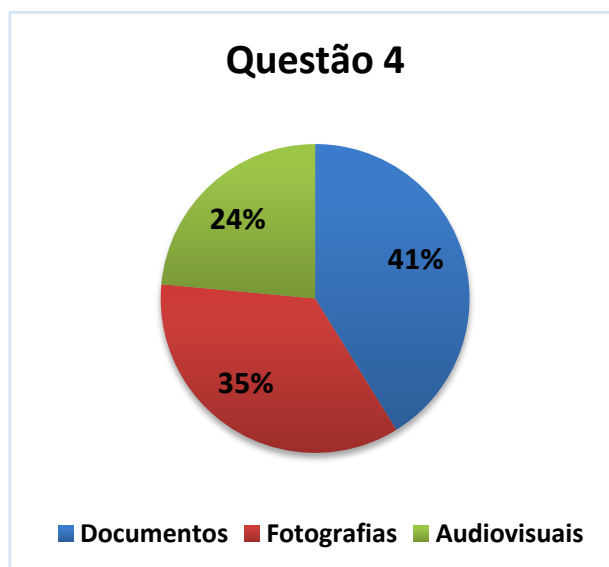
No gráfico a seguir verificamos que a categoria que teve maior percentual (75%) foi a de “Cargo de gestão”, isso denota que dos 8 entrevistados, 6 possuíam cargos ou funções na gestão administrava no âmbito do instituto, revelando que os integrantes da comissão de implantação do CAM tinham um alto grau de compromisso institucional com a administração, ou seja, possuíam cargos de coordenação, chefia de departamento, diretor, diretor-geral de campus, pró-reitor ou reitor.

As categorias “Docente” e “Técnico” na realidade têm o mesmo percentual que seria exatamente 12,5% cada uma, visto que dos 8 entrevistados, há apenas 1 docente sem cargo de gestão e 1 servidor técnico administrativo. Todavia o programa Excel, utilizado para confeccionar os gráficos, faz um arredondamento dos números, retirando 0,5% de uma categoria e repassando para outra, deixando então uma com 12% e outra com 13%, tornando a representação gráfica dos percentuais não proporcionalmente igual à frequência.



**Gráfico 3** – Percentuais das respostas à Questão 3

A quarta questão realizada na entrevista tivemos a intenção de procurar saber se no desenvolvimento/desempenho do trabalho do entrevistado, durante o processo de implantação do *Campus Amajari*, houve produção de documentos (registros escritos, fotográficos, audiovisuais, etc.) que considerasse importante, a ponto de refletir o contexto daquele momento e, em caso de afirmativo, quais seriam. Com este questionamento procuramos coletar informações que nos possibilitassem confrontar a lembrança da produção de documentos que os entrevistados tinham com a realidade dos documentos que encontramos no acervo arquivístico do CAM. De acordo com as respostas pudemos elaborar três categorias às quais denominamos “**Documentos**” quando os entrevistados se referiam a documentos textuais em suporte papel, a categoria “**Fotografias**”, que corresponde a imagens físicas ou digitais do período em estudo e a categoria “**Audiovisuais**” como sendo gravações em vídeo, com som, imagem e movimento. As respostas podem ser representadas pelo seguinte gráfico:



**Gráfico 4** – Percentuais das respostas à Questão 4

A representatividade das frequências com o percentual obtido, novamente incorre na situação similar da questão dois da entrevista aplicada, devido ao fato de os entrevistados terem respostas que se enquadram em mais de uma categoria. Dessa forma, identificamos que dos 8 entrevistados, 7 recordaram que foram produzidos documentos textuais naquele período, representando 41% das respostas; 6 apontaram a lembrança de que foram realizados registros fotográficos, correspondendo a 35% e 4 lembraram que foram realizadas gravações em vídeo, o que equivale a 24% do nosso universo de entrevistas.

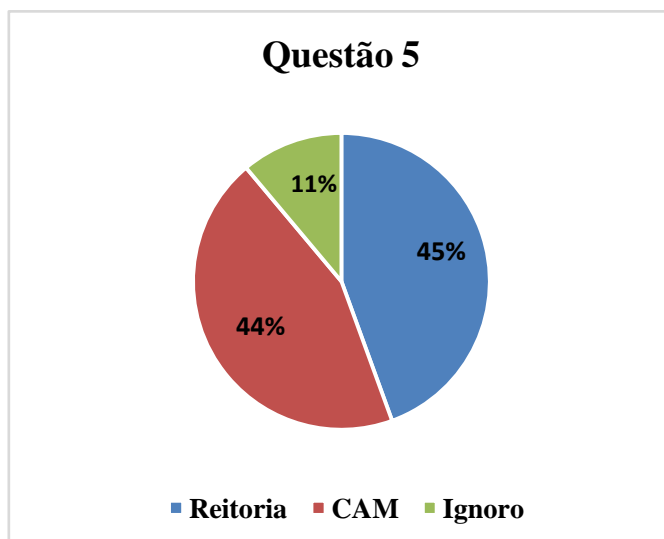
Com referência aos documentos textuais recordados pelos entrevistados, as Atas das Audiências Públicas ocorridas durante o processo de implantação, sem dúvida foram os documentos mais apontados, seguidas das correspondências oficiais, muito bem evidenciado na fala de nosso sujeito C quando comenta ao final de sua resposta a essa questão:

*Estes documentos são de fundamental importância para a composição do registro histórico daquele momento.*

Indubitavelmente, os registros fotográficos ficaram em segundo lugar na lembrança de nossos entrevistados, muito bem reforçado na fala do nosso sujeito B, quando afirma:

*Quanto aos registros fotográficos, foram realizados em muitas atividades tais como, reconhecimento do terreno, locação do espaço onde seria construído o campus, realização das audiências públicas, diferentes etapas da construção do prédio, solenidade de inauguração, processos seletivos para os alunos, etc.*

O gráfico a seguir representa os percentuais das categorias escolhidas para demonstrar as respostas à quinta pergunta aos nossos entrevistados, quando questionados sobre o destino dos documentos mencionados na questão anterior. Teriam sido guardados ou eliminados? Saberiam informar se foram guardadas cópias de segurança em outras unidades do IFRR ou no acervo pessoal de alguém? Caso afirmativo, se poderiam informar onde ou com quem encontrá-los.



**Gráfico 5** – Percentuais das respostas à Questão 5

Como podemos observar os resultados da análise dessa questão também é necessário considerar que um entrevistado poderia apontar mais de uma categoria em sua resposta e por essa razão a frequência demonstra um número maior que o de atores entrevistados.



Entendemos que a categoria “**Reitoria**” envolve setores que estão na sua estrutura administrativa como o gabinete do reitor, pró-reitorias, diretorias, departamentos e, principalmente, a assessoria de comunicação social, haja vista que o acervo fotográfico se encontra nessa assessoria pois, ainda não existe um setor de arquivo devidamente instituído no âmbito do IFRR: 37%, isto é, dos 8 entrevistados, 4 consideraram que os documentos elencados na questão anterior devem estar localizados na Reitoria.

Numa representatividade muito próxima da categoria anterior, 4 entre os 8 entrevistados, que equivalem a 36%, consideraram que os documentos mencionados na questão anterior, podem ser encontrados no acervo documental do “**CAM**”. Esta categoria abrange o gabinete do diretor-geral e a coordenação de comunicação social do *Campus Amajari*.

Um dos entrevistados não soube responder ao questionamento quanto ao possível local de onde os documentos apontados poderiam estar arquivados, limitou-se a comentar apenas: “*Não faço ideia*”. Sendo assim representa a categoria “**Ignoro**”, com 11% da análise da questão, na proporção de 1 entre 8 entrevistados. Levando em consideração que os demais puderam ter suas respostas em mais de uma categoria.

Por considerarmos que as respostas das próximas questões da entrevista, ou seja, a seis, a sete e a oito, tiveram entre si muitas semelhanças, optamos em demonstrá-las graficamente utilizando o recurso denominado “nuvem de palavras”. Segundo nos explica Jason Davies<sup>7</sup>, a nuvem de palavras (*wordcloud*) é um gráfico digital que mostra o grau de frequência das palavras em um texto. Quanto mais a palavra é utilizada, mais chamativa é a representação dessa palavra no gráfico. As palavras aparecem em fontes de vários tamanhos e em diferentes cores, indicando o que é mais relevante e o que é menos relevante no contexto. Esse recurso pode ser utilizado em atividades de interpretação e produção de textos.

Para obtermos os gráficos exibidos adiante, agrupou-se em um único texto todas as respostas dos entrevistados a uma mesma questão. Previamente foram retirados os conectores textuais, isto é, artigos, preposições, conjunções, verbos, advérbios, adjetivos, pronomes e demais palavras que não expressavam diretamente o conteúdo das respostas. Posteriormente a este filtro, no próprio site *wordcloudgenerator*, copiamos e colamos o texto com as palavras e submetemos à criação do gráfico, que após gerado, foi importado para o nosso texto como uma imagem.

Na sexta questão, indagamos nossos entrevistados sobre suas recordações de como estava o cenário político e econômico, seja na esfera municipal, estadual ou federal, naquele período da implantação do *Campus Amajari*, obtivemos a seguinte ilustração gráfica:

---

<sup>7</sup>Jason Davies desenvolvedor da ferramenta virtual utilizada chamada *Word CloudGenerator*



**Figura 14** - Nuvem de palavras Questão 6

Nessa nuvem de palavras podemos observar que as palavras que obtiveram maior destaque, portanto, de acordo com a ferramenta utilizada, são as que mais se evidenciaram pelo tamanho e espessura da fonte, é possível construir uma análise de conteúdo temático ou, também, critério semântico. Focalizamos nas duas que mais se destacaram: **“expansão”** e **“governo”**.

Por **“expansão”** compreendemos se tratar da expansão da rede federal de ensino (que também são palavras destacadas em menor evidência na nuvem), ou seja, o apogeu das ampliações dos institutos federais. A criação e implantação do Campus Amajari ocorreu nesta fase de grandes investimentos, por parte do governo federal, na educação profissional, tecnológica e ensino superior, portanto, representa um período extremamente favorável no cenário político, econômico e social, em todas as esferas de governo – municipal, estadual e federal.

Consideramos que a palavra **“governo”** recebeu maior destaque justamente por ser o governo federal o principal responsável pela política de expansão da rede federal de ensino, como mencionamos anteriormente e Pacheco (2011, p. 5) corrobora:

Desde 2003, início do governo Lula, o governo federal tem implementado, na área educacional, políticas que se contrapõem às concepções neoliberais e abrem oportunidades para milhões de jovens e adultos da classe trabalhadora. Na busca de ampliação do acesso à educação e da permanência e aprendizagem nos sistemas de ensino, diversas medidas estão em andamento. (PACHECO, 2011, p. 5)

Exemplificando a interpretação da nuvem de palavras referente às respostas da sexta pergunta, seguem fragmentos das falas dos sujeitos C e H:

*Em nível nacional, o cenário era de plena expansão dos Institutos Federais, pelo Governo da época, que apoiava o plano de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (Rede EPT).*

*Então no cenário federal era muito favorável, tanto na questão política, do próprio governo, quanto a questão econômica, [...] mas o cenário federal era muito favorável, com relação ao cenário do estado, na época da negociação, desde o local onde está instalado, as terras para a implantação.*

Na sétima pergunta dirigida aos entrevistados, indagamos se o cenário político e econômico daquele período havia impactado de alguma forma, quer seja positiva ou negativamente, na criação/implantação do CAM e o porquê. procedemos da mesma forma realizada com as respostas da questão anterior, resultando a seguinte nuvem de palavras:



**Figura 15** - Nuvem de palavras Questão 7

Podemos observar que as palavras com maior destaque e, portanto, com maior frequência nas respostas à questão em análise, são **“positivo”** e **“desenvolvimento”**.

Compreendemos que em consonância com outras palavras que compõem a ilustração a maioria afirmou que a implantação do CAM teve um impacto muito **“positivo”** e que a consequência foi o **“desenvolvimento”** local e regional, sob diversos aspectos.

No aspecto econômico foi onde as principais mudanças foram observadas, não somente nas comunidades do município, mas também nas regiões que o circundam, onde de imediato houve geração de empregos durante as obras de construção do *campus*, movimentou o comércio local, possibilitou a melhora de muitos serviços e de infraestrutura na pequena Amajari, assim como impulso no potencial turístico local.

Sob o aspecto político todos apontaram o empenho das autoridades municipais, estaduais e federais da época, que não mediram esforços para que a chegada de mais uma unidade de ensino do IFRR acontecesse com a maior celeridade possível.

Não podemos olvidar que no aspecto social e educacional houve um grande impacto no que se refere a troca de vivências, de experiências e de intercâmbio de culturas tão heterogêneas, onde uma localidade basicamente de produtores rurais e comunidades indígenas, passou a compartilhar espaço com profissionais de alto padrão de conhecimento acadêmico, muitos até de outras regiões do país. Como destacou nosso entrevistado G quando afirmou:

*A questão do impacto econômico da região, circulação de dinheiro na região, alterou muito a dinâmica da vida das pessoas, da vila, dos comércios... esse é um aspecto importante. A presença de professores com uma qualificação bastante elevada, doutores, mestres, e pessoas com vivências em outras realidades também foi determinante, está sendo determinante, porque impacta nas outras redes de ensino, na rede estadual, na rede municipal...*

É oportuno mencionar que, embora a maioria dos entrevistados tenham enfatizado bastante os aspectos positivos que a chegada do CAM promoveu na região, houve alguns com uma visão mais crítica que apontaram alguns aspectos considerados negativos como: a

impossibilidade de atender algumas demandas de cursos na área da saúde, que a comunidade elencou como prioridade, mas que não foi possível atender. Outro fator apontado foi que o município e a região do entorno não tiveram um desenvolvimento expressivo a ponto de absorver completamente o volume de mão de obra especializada de egressos e também foi lembrado alguns percalços no processo burocrático de regularização do terreno e algumas limitações financeiras durante a implantação do *campus*, mas que foram superados.

A última pergunta da entrevista foi elaborada com o intuito de procurarmos saber se nossos entrevistados haviam acompanhado a trajetória do CAM, desde sua criação até os dias atuais, se foi possível observar mudanças no desenvolvimento da região e se poderia mencionar alguns exemplos.

Das respostas resultou a seguinte representação gráfica, de acordo com os procedimentos utilizados nas últimas questões analisadas:



**Figura 16** - Nuvem de palavras Questão 8

Por esse motivo analisamos as três que se destacaram e que nos permitem identificar subliminarmente a essência das memórias dos nossos entrevistados: “**sim**”, “**qualidade**” e “**comunidades**”.

Embora as respostas das questões 7 e 8 tenham, em parte, uma certa similaridade, nesta última procuramos inferir sobre a percepção dos nossos entrevistados sobre os impactos já elencados na questão anterior e se ainda hoje mantinham proximidade com o CAM, passados quase dez anos de sua implantação, ao que a maioria respondeu afirmativamente, evidenciando o “**sim**”.

Julgamos que a palavra “**qualidade**” está entre as mais referenciadas nas respostas devido ao evidente salto na qualidade de educação, na qualidade de profissionais formados e, principalmente, na qualidade de vida da população em geral, diante das novas perspectivas que a chegada do IFRR proporcionou ao município e à região. Neste sentido está intrinsecamente ligada ao “desenvolvimento”, mencionado nas respostas da questão 7. O que fica muito evidenciado no comentário do nosso sujeito A quando afirmou que:

*As mudanças são muito visíveis no município de Amajari o PIB melhorou o IDEB, são fatores de importância de mudanças no município de Amajari a qualidades de ensino a pesquisa e extensão e foco dos Institutos Federais na promoção de justiça social da equidade, no desenvolvimento sustentável com a inclusão social.*

Atribuímos à evidência de “**comunidades**”, na representação gráfica da nuvem de palavras das respostas da oitava questão, devido ao impacto transformador que a implantação

do CAM trouxe às comunidades indígenas, as dos assentamentos agrícolas e as da própria sede do município. A oportunidade de acesso ao ensino técnico e profissionalizante de alto nível aos jovens, sem precisar deixar suas famílias, suas terras, seus costumes e seus anseios de um futuro melhor e mais promissor, são aspectos que estão estritamente ligados ao termo destacado, como podemos perceber nas contundentes observações do nosso sujeito G:

*Com a construção do prédio e dos ambientes pedagógicos, laboratórios e ambientes externos de produção agrícola, ele [CAM] vai se caracterizando mesmo como um ente concreto e isso acho foi determinante na dinâmica da comunidade, da vila, do município de uma maneira geral e das vilas diversas. Foram executados muitos projetos, em todas as áreas, e isso... em todas as áreas que nós trabalhamos, junto à comunidade, muita atividade de extensão... O "IF Comunidade" teve presente diversas vezes, em diversas comunidades trazendo um grande serviço de apoio, de orientação, de amparo, de esclarecimento... é... a questão mesmo que eu coloquei anteriormente... de você ter estudantes se projetando na vida acadêmica, isso é uma questão bastante significativa porque você começa trazer referência concreta aos outros estudantes, isso não era uma realidade, por conta da qualidade, do ensino público, por conta de uma série de outras questões... o Instituto teve o cuidado de trabalhar com muitas estratégias, então se trabalhou com a pedagogia da alternância, se trabalhou com EAD, se trabalhou e se trabalha, né? Se trabalhou com escola itinerante, onde tinha uma questão em que os tuxauas, não deixarem as alunas saírem pra estudar, então os professores iam nas comunidades, então se teve todo um cuidado, um atendimento muito respeitoso, muito atendo às questões locais, sabendo que não é uma escola indígena, que não é de fato um escola indígena, mas uma escola que atende comunidades indígenas... é... uma outra questão interessante foi a implantação de um curso tecnológico, o curso de Aquicultura, porque tem uma presença de um grande aquicultor, talvez um dos maiores aquicultores do Brasil, está presente no município de Amajari, então é um grande produtor de peixes, é... reflete em outros produtores menores, criando uma dinâmica, podemos dizer que criando uma cadeia produtiva de piscicultura na região, porque tem a produção de ração... então esse nosso curso tecnológico em aquicultura é uma realidade, nós temos ali um processo bastante interessante, uma dinâmica já adiantada. E a questão, ainda objetivamente, a questão da melhoria da subsistência, então em muitas comunidades se percebe a presença de hortas, a lida diferente com o gado, as questões de agroecologia, de aproveitamento de esterco... de uma série de outras questões concretas, respeito pela natureza, pelas questões ambientais, a questão do lixo e uma série de outras questões.*

Considerando os dados apresentados nossa percepção diante das memórias evocadas pelos nossos atores que acompanharam e, muitos ainda, acompanham o efeito transformador que a implantação do *Campus Amajari* do IFRR trouxe, à toda região norte do estado de Roraima, crescimento e desenvolvimento não somente no aspecto econômico mas, principalmente, no aspecto social, trazendo renovação e esperança a muitos jovens e suas famílias que passaram a conhecer outras possibilidades, outras oportunidades de crescimento, de ter e acreditar em sonhos, que estes podem se tornar reais e que eles impulsionam a atingir seus objetivos e estimulam a estabelecer novos e assim progredir sempre, sem precisar abandonar suas raízes, sem esquecer suas origens.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cada vez que adentramos nas dependências de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, a sensação de deslumbramento e, por que não dizer, de encantamento, nos invade a alma, diante da grandiosidade que se revela aos nossos olhos. Impossível não desejar, ou ao menos imaginar, ser um daqueles privilegiados estudantes que enchem de vida os corredores e átrios, com seu peculiar burburinho e riso fácil. Sempre nos vem o pensamento de como teríamos gostado de estudar num ambiente assim, pensado em cada detalhe, planejado para proporcionar acolhimento, bem-estar, aprendizado, conhecimento e crescimento. Uma escola pública, gratuita e de qualidade! Há pouco mais de uma década atrás, uma instituição de ensino com esse padrão só existia nos grandes centros urbanos, inimagináveis ao acesso das populações interioranas, dos confins mais longínquos do nosso país.

A política de expansão e interiorização da Rede Federal de Ensino, foi um marco na história da educação brasileira, promovida durante o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mudou para sempre a vida de muitas pessoas e transformou o destino de muitas comunidades. O município de Amajari, região norte do estado de Roraima, tornou-se um dos muitos exemplos desta realidade, com a implantação do Campus Amajari do IFRR.

Idealizamos esta pesquisa com o intuito de conhecermos detalhadamente como aconteceu o processo de implantação do CAM, as minúcias dos bastidores da administração no surgimento de uma instituição de relevância imensurável, não somente no que tange à educação, mas também no que diz respeito à transformação econômica e social decorrentes.

De início nossa curiosidade motriz embasava-se na investigação dos registros documentais desse processo, haja vista nossa formação profissional que tem o zelo e a responsabilidade de preservar, conservar e disponibilizar à pesquisa, as informações que essas fontes documentais encerram. No entanto, a dúvida e o desconhecimento a respeito da quantidade e de que tipo de registros poderiam - ou não - ser encontrados, fomos impelidos a pensar uma alternativa para alcançar nossos objetivos. Despindo-nos dos princípios da arquivologia, encontramos nas vestes da história a armadura para enfrentar esta batalha investigativa.

E, assim, a história do tempo presente - corrente da historiografia que nos permite pesquisar fatos da história recente, narrados e descritos pelos próprios protagonistas - surge como a metodologia mais propícia para obter através do contato com os principais atores que atuaram no processo de implantação do CAM.

Nosso papel enquanto pesquisador foi encontrar na narrativa dos servidores que trabalharam na implantação do CAM, a complementação às informações registradas no conteúdo dos poucos documentos encontrados.

O principal tipo documental encontrado no acervo do CAM referente ao período que interessava a esta pesquisa foram as três atas das audiências públicas, que foram assembleias realizadas com uma equipe do IFRR, autoridades políticas locais e comunidades do município de Amajari, cidade polo escolhida para receber o mais novo *campus* do Instituto Federal. Nessas assembleias os munícipes foram consultados a fim de identificar os cursos que a nova instituição de ensino poderia oferecer e que atendesse o mais próximo possível as suas expectativas.

Podemos inferir que esse propósito de ouvir os anseios da comunidade é sem dúvida uma demonstração de democracia cidadã. Essa aproximação da instituição com a comunidade e suas lideranças, foi fundamental para que, desde antes mesmo da sua efetiva implantação, o

diálogo fosse o principal elo entre a sociedade e a instituição, para que juntos pudessem construir efetivamente uma escola para todos. Muito embora a demanda dos anseios das comunidades no que diz respeito aos cursos solicitados não tenham sido contemplados em sua totalidade, por questões de infraestrutura, de orçamento e de finanças, as demandas foram registradas e, assim, quiçá no futuro possam ser retomadas e atendidas.

A percepção que tivemos após as entrevistas com os membros da comissão de implantação do CAM, foi que pelo fato da maioria dos sujeitos entrevistados fazerem parte da gestão (75%), o grau de envolvimento de todos ficou muito explícito. Todos acompanharam os preparativos, as reuniões e estiveram presentes nos eventos programados, como se pode ver nos registros fotográficos, e, continuam na instituição, acompanhando o trabalho iniciado há quase dez anos e sentem-se muito orgulhosos de suas participações e felizes em ainda poder acompanhar e fazer de tudo o que o CAM e o IFRR representam.

Percebemos que o desenvolvimento do município de Amajari não se deu apenas no âmbito educacional, as mudanças são percebidas no aspecto econômico, como a geração de empregos, crescimento do comércio local, dos serviços, da infraestrutura, do turismo, e, fundamentalmente, no âmbito social pois o intercâmbio de vivências e experiências, não ocorreu somente entre os estudantes e nativos da região, mas, também, com aqueles que vieram de diversas localidades do país, através dos concursos públicos, seja para os cargos de docentes e técnicos administrativos, e passaram a fazer parte da sociedade local.

Isto posto, o CAM representa não somente a chegada de uma instituição de elevado padrão educacional a um pequeno município do interior do estado, mas a possibilidade de se levar conhecimento, desenvolvimento, progresso e oportunidades, transformando vidas, integrando culturas e empoderando indivíduos e comunidades.

Consideramos que ao resgatar a trajetória histórica do *Campus* Amajari, procuramos registrar o seu legado, para que este nunca seja esquecido, pois o CAM surgiu e representa a herança de um período ímpar, onde os investimentos em Educação por parte do Governo Federal foram intensos e alavancaram o progresso e o desenvolvimento de regiões, até então esquecidas, desprezadas. Que essas memórias jamais sejam olvidadas e que seja despertada a conscientização da necessidade de preservação dos registros documentais de todas as instituições, porque os arquivos não são um mero depósito de papéis velhos, são os cofres onde se depositam os maiores tesouros de um povo, de uma nação: suas memórias, suas histórias, suas existências.

## 5 REFERÊNCIAS

BAHIA, Bruno C. M. **As negociações identitárias do professor de filosofia no ensino médio da escola pública no Rio de Janeiro: tempo, experiência e seu lugar na escola.** 2016. 330 f. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro. Digital.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Lisboa. Edições 70. 6ª Edição. 3ª reimpressão de 2011.

BELLOTTO, Heloísa L. **O sentido dos arquivos.** Conferência pronunciada no I Ciclo de Palestras da Diretoria de Arquivos Institucionais – DIARQ. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 7 de abril de 2014

BOTELHO, S. M. P. D. **Escola Técnica Federal de Roraima: retrospectiva da trajetória de desenvolvimento através da memória.** 2009. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Manaus. Impressa.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei PL1433/1960. Dá ao atual Território Federal de Rio Branco a denominação de Território Federal de Roraima. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao/idProposicao=192067>> . Acesso em 07 out 2018. Texto Original.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em : <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm)> Acesso em: 06 out 2018. Texto Original.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE RORAIMA – CEFET. **Ata da audiência pública sobre a implantação da Unidade de Ensino Descentralizada – UNED – do Município de Amajari** realizada no dia 10 de maio de 2008.

DELGADO, Lucília A. N.; FERREIRA, Marieta M. **História do tempo presente e ensino de história.** Revista História Hoje, v. 2, nº 4, p. 19-34 – 2013.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História, tempo presente e história oral.** Topoi. Rio de Janeiro, dezembro de 2002.

FREITAS, Aimberê. **Geografia e história de Roraima.** Ed. Rev. Ampl. Boa Vista – RR: DLM, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** Tradução Luiz Felipe Baeta Neves, 7. Ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GERHARDT, Tatiana E. e SILVEIRA, Denise T. **Métodos de Pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA. IFRR. Disponível em: <<http://www.ifrr.edu.br/acessoainformacao/institucional/historico-1>> Acesso em: 14 de jun. 2016.

\_\_\_\_\_. **Ata da audiência pública sobre a implantação do *Campus Amajari*** realizada no dia 18 de abril de 2009.

\_\_\_\_\_. **Ata da audiência pública sobre a implantação do *Campus Amajari*** realizada no dia 16 de maio de 2009.

JARDIM, José M. **A invenção da memória nos arquivos públicos**. Ciência da Informação - Vol 25, número 2, 1995

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão et al, Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 1990.

LOPES, Luis Carlos. **A informação e os arquivos: teorias e práticas**. Niterói: EDUFF; São Carlos: EDUFSCar, 1996.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Caderno de Pesquisas em Administração**. São Paulo, V.00, n. 0, 2º sem. 1994.

MATOS, Maria Teresa N. B. **Memória institucional e gestão universitária no Brasil: o caso da Universidade Federal da Bahia**. 2004. 184 f. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal da Bahia (UFBA) Salvador, BA. Digital.

\_\_\_\_\_. **A evolução dos arquivos e do conhecimento em Arquivologia**. RICI: R.Ibero-amer. Ci. Inf., ISSN 1983-5213, Brasília, v. 5, n. 2, p. 19-28, jul./dez.

MATOS, Maristela B. **As culturas indígenas e a gestão das escolas da Comunidade Guariba, RR: uma etnografia**. 2013. 265 f. Tese (Doutorado em Educação) Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS) São Leopoldo, RS. Digital

MINAYO, M.C. de S. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003

MORENO, Nádina A. **A informação arquivística no processo de tomada de decisão em organizações universitárias**. 2006. 220 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG. Digital

NORA, Pierre. **Entre Memória e história: a problemática dos lugares**. Proj. História. São Paulo, dez 1993.

NUNESMAIA, Ananda L. S.; SILVA, Arielle P. e SOARES NETO, João B. **Possibilidades de utilização da história oral na produção científica em marketing**. IV Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade Brasília, 2013.

PACHECO, Eliezer (Org.). **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Editora Moderna, São Paulo, 2011.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimentos, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3. 1989.

PORTAL DEEPASK. **O mundo e as cidades através de gráficos e mapas.** Disponível em: <<http://www.deepask.com/goes?page=amajari/RR-Veja-o-IDH-Municipal---indice-de-desenvolvimento-humano---do-seu-municipio>> Acesso em: 10 fev. 2017

REBOUÇAS, Márcia. M. **Pelo resgate da memória documental das ciências e da agricultura:** o acervo do Instituto Biológico de São Paulo. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 995-1005, out-dez. 2006.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social:** métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1985.

SENA, Joelma M. **A informação arquivística e a gestão de documentos:** uma abordagem estratégica **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 83-94, jan./jun., 2014.

SCHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos modernos:** princípios e técnicas. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2002.

SILVA, L. R. D. C. et al. **Pesquisa documental:** alternativa investigativa na formação docente. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO — EDUCERE, IX, ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA, III, 2009, Curitiba.

SOUSA, R. T. B. **Alguns apontamentos sobre a classificação de documentos de arquivo.** *Jornal Brasileiro de Ciência da Informação*, Vol. 8, Nº 1-2, 2014. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo;jsessionid=BBA872A3957940B7010DEE89D40F698E.dialnet01?codigo=4972288>> Acesso em: 15 jun 2018.

TORRES, Isabela C. **O ensino superior para indígenas e a experiência de Roraima:** uma análise da proposta pedagógica do ano de 2008 do curso de licenciatura intercultural do Insikiran. 2018. 86 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Estadual de Roraima (UERR) Boa Vista, RR. Digital

VITAL, Luciane P. **Discutindo o tema informação arquivística.** *ÁGORA*, ISSN 0103-3557, Florianópolis, v. 25, n.50, p. 19-34, jan./jun. 2015. 19

## **6 ANEXO**

## Anexo A

### ROTEIRO DE ENTREVISTA

#### IDENTIFICAÇÃO:

Nome: ..... Cargo: .....

- 1) Há quanto tempo você trabalha no IFRR?
- 2) Na sua opinião qual a importância da criação do *Campus Amajari* para a região e para o IFRR?
- 3) No processo de implantação do *Campus Amajari* quais as atividades e funções que você desenvolveu/desempenhou?
- 4) No desenvolvimento/desempenho do seu trabalho, durante o processo de implantação do *Campus Amajari*, houve produção de documentos (registros escritos, fotográficos, audiovisuais, etc.) que você considera importante a ponto de refletir o contexto daquele momento? Se afirmativo, quais?
- 5) Ainda sobre os documentos mencionados anteriormente, você tem ideia de seu(s) destino(s), isto é, se foram guardados ou eliminados? Existem cópias de segurança em outras unidades do IFRR ou no acervo pessoal de alguém? Se afirmativo, saberia informar onde e/ou com quem encontrá-lo(s)?
- 6) Você recorda como estava o cenário político e econômico, seja na esfera municipal, estadual ou federal, naquele período da implantação do *Campus Amajari*?
- 7) Na sua percepção este cenário político e econômico impactou de alguma forma, positiva ou negativamente, na criação/implantação do CAM? Por quê?
- 8) Você acompanhou a trajetória do CAM desde sua criação até os dias atuais? É possível observar mudanças no desenvolvimento da região? Quais você poderia mencionar?